

Historiadores franceses debatem a Comuna de Paris

Apresentação

Crítica Marxista inaugura esta nova seção, que denominamos *Documentos*, com a publicação de um antigo debate, ainda inédito em português, entre os historiadores franceses sobre a natureza política e social da Comuna de Paris de 1871. Vários motivos nos levaram à publicação desse documento: a relevância da experiência da Comuna de Paris na história do movimento operário e socialista, a qualidade do referido debate, a importância do seu tema, suas implicações políticas e, também, o interesse que a Comuna de Paris despertou no Brasil durante este ano de 2001, por ocasião dos eventos comemorativos do seu 130º aniversário.

O debate entre os historiadores franceses ocorreu trinta anos atrás, em maio de 1971, quando se comemorava o centenário da Comuna de Paris. A conjuntura política mundial de então reunia aspectos aparentemente contraditórios. Caracterizava-se, de um lado, pela ascensão do movimento operário e popular, principalmente no centro do sistema capitalista internacional, mas, de outro lado, era uma conjuntura de crescimento das divisões e dificuldades no movimento socialista internacional. A conjuntura teórica e acadêmica na França, por sua vez, estava marcada pelo fortalecimento do marxismo, sua forte presença no debate político e cultural e sua posição irradiadora em diversas áreas do conhecimento, destacando-se, então, os trabalhos de intelectuais, filósofos e historiadores como Louis Althusser, Charles Bettelheim, Nicos Poulantzas, Albert Soboul e outros.

Foi nos quadros dessa situação política e intelectual de intensa luta de idéias que dezenas de historiadores franceses, juntamente com alguns historia-

dores de outras nacionalidades, reuniram-se em Paris, nos dias 21, 22 e 23 de maio de 1971, para um encontro que denominaram *Colóquio Universitário para a Comemoração do Centenário da Comuna de 1871*. As Éditions Ouvrières publicaram as atas desse colóquio, das quais constam as principais conferências do evento¹. Seleccionamos a conferência do historiador Jacques Rougerie e o debate que se seguiu para publicação na nossa revista.

Rougerie havia publicado, sete anos antes, em 1964, um importante trabalho sobre a Comuna de Paris – *Le procès des communards*. Nesse livro, Rougerie lançava pesadas dúvidas sobre a idéia, defendida originalmente por vários dirigentes da Comuna e também por Marx, segundo a qual a Comuna seria o primeiro capítulo do processo de revolução operária e socialista. No seu livro, Rougerie insistia na continuidade entre a revolução burguesa de 1789 e o episódio da Comuna de 1871. Os anos de 1789, 1793, 1830, 1848 e 1871 marcariam, na história da França e, particularmente, de Paris, momentos altos de um mesmo e único ciclo revolucionário, isso significando que a Comuna seria o último episódio do ciclo da revolução burguesa na França, ainda que com um forte ou predominante conteúdo popular. A obra de Rougerie foi recebida como uma crítica direta à análise marxista da Comuna. Pois bem, na conferência que publicamos, Rougerie retoma, em parte, essa idéia, mas, ao mesmo tempo, vai se afastando dela, iniciando, no nosso modo de ver, uma revisão, isto é, uma espécie de autocrítica. A argumentação de Rougerie é vasta, complexa, provém de quem pesquisou a fundo a Comuna e é, hoje em dia na França, apresentado por muitos como o seu maior historiador. O debate que se seguiu foi um episódio memorável da historiografia francesa e européia, com historiadores como Ernest Labrousse, Albert Soboul, R. Gossez e outros intervindo em oposição ou em apoio às teses de Rougerie.

Esta nota de apresentação à conferência de Rougerie e ao debate que se seguiu não é o lugar para nos delongarmos em considerações sobre o conjunto dos temas discutidos. Queremos, contudo, chamar a atenção do leitor para um dos pontos importantes da discussão. Na nossa avaliação, a tese que Marx cunhara no calor dos acontecimentos, segundo a qual a Comuna de Paris *trazia em si o socialismo*, foi duramente colocada à prova, ganhou novos esclarecimentos e, ao final, saiu, segundo nosso juízo, fortalecida. Qual era a tese central de Marx sobre a natureza política e social da Comuna? Destaquemos, inicialmente, que Marx não afirmou, nos seus textos de 1871, que o governo da Comuna era constituído por uma maioria de socialistas conscientes que tivessem colocado a implantação do socialismo como o objetivo declarado e imediato do novo poder. Logo, o fato de, dez anos mais tarde, Marx ter desta-

¹ *Colloque universitaire pour la commémoration de la Commune de 1871, Actes*. Paris, Éditions Ouvrières, 1971. A revista *Le Mouvement Social* também publicou as atas desse colóquio em 1972.

cado que a maioria do Conselho da Comuna não era socialista, ao contrário do que afirmam alguns, não significa uma revisão do que ele escrevera antes. A tese sobre a natureza social e política da Comuna, presente nos textos de Marx de 1871, pode ser resumida na formulação, contida no texto *A Guerra Civil na França*, segundo a qual a “Comuna trazia em si o socialismo”. Essa expressão deve ser entendida como “a Comuna tendia ao socialismo”.

Expressão de um mero desejo? Análise prospectiva sem fundamentação teórica e sem respaldo nos fatos? Acreditamos que não. A idéia de Marx é que o “Estado de novo tipo”, que é já um “semi-Estado”, criado pela Comuna produziu uma situação contraditória entre, de um lado, a socialização do *poder* político e, de outro lado, a apropriação privada dos meios de produção. Essa contradição entre o político e o econômico teria de se resolver, seja pela reapropriação burguesa e estritamente estatal do poder, seja pela socialização dos meios de produção. Isso, no que respeita à fundamentação teórica. Quanto ao respaldo nos fatos, impressiona ver como um século de pesquisa histórica e importantes descobertas documentais, que os historiadores trazem à luz na conferência e no debate, referendam a tese de Marx segundo a qual o governo da Comuna “tendia ao socialismo”. Rougerie, consultando a documentação inédita dos arquivos da Guerra Franco-Prussiana, pôde constatar o significado vivo e real desse “tendia ao socialismo”. Na verdade, não é de surpreender. Marx escrevia como teórico e dirigente ativo do movimento e a direção da Associação Internacional dos Trabalhadores detinha informações detalhadas e privilegiadas sobre o movimento de Paris.

O leitor encontrará na conferência de Rougerie e no debate* que se seguiu muitos elementos para formar um juízo próprio sobre esse ponto polêmico e sobre tantos outros pontos importantes suscitados pelo material que ora publicamos.

Armando Boito Jr.

* Algumas das notas bibliográficas aparecem incompletas pois elas assim se encontram no texto original.

Tradição e criação na Comuna de Paris

[Continuação da revolução burguesa
ou início da revolução operária?]*

CONFERÊNCIA DE JACQUES ROUGERIE

(...)

Colocando de lado qualquer retórica, sou obrigado a mostrar as cartas logo de início.

A tradição [oriunda da luta revolucionária de 1789], vejo-a claramente na Comuna de 1871, vejo-a, alguns poderão dizer, bastante clara, ou bem, pesada: essa herança (modificada, é claro, deformada, mas, no essencial, intacta) que redescobrimos nos atos, nos pensamentos e nos gestos dos homens da Comuna, de alto a baixo; essa lembrança que redescobrimos constante em estratos superpostos, em reimpressões, de todas as revoluções, todas as “emoções” populares que a precederam; naturalmente, de forma inaugural, sobretudo aquelas da Grande Revolução que foi, segundo as palavras de Michelet, não a revolução mas a “fundação”, que estabelece, como disse tão bem L. Girard, o “nível inferior” da totalidade do século XIX, o acontecimento que, para L. Chevalier, “santificou” o passado².

* Tradução de Lelita Benoit. Edição e revisão de texto de Armando Boito Jr.

O texto é transcrição de uma conferência e de um debate público. É muito provável que Jacques Rougerie tenha revisto o texto de sua conferência, pois nele inseriu notas de rodapé com indicações bibliográficas completas e detalhadas. Mantivemos a quase totalidade dessas notas. As palavras e expressões entre colchetes foram inseridas pelo editor. Algumas palavras ou pequenos períodos foram suprimidos. As supressões são indicadas pelo sinal proposto no *Novo Dicionário Aurélio* – o sinal de três pontos entre parênteses: (...).

² [Devo muito] ao trabalho precursor de Louis Girard, *Étude comparée des mouvements révolutionnaires en France en 1830, 1848 et 1870-1871*, curso proferido na Sorbonne em 1960 e 1961, editado por C.D.U., Paris, 1960, 1961.

Em contrapartida, a criação e a novidade [na Comuna] são, parece-me, de mais difícil delimitação! Uma banalidade elementar: a Comuna somente existiu por 72 dias, sua assembléia teve apenas algumas semanas para executar sua obra; o que *inventar*, o que realizar em tão pouco tempo? Além disso, mesmo ou apenas nesses três meses, tradição e renovação se mesclam intimamente, indiscernivelmente: no século XIX, a Revolução, como a República que é sua irmã gêmea, é “una e indivisível”. Não se esqueça enfim de que aquilo que 1871 desejava, pôde criar, tornou-se, por seu lado, tradição para o movimento revolucionário que se seguiu, o qual não deixou (...) de modelar, de deformar, de transfigurar o que exatamente aconteceu no ano 71 do século XIX, ou 79 da república. Pretendo me deter, me limitar ao próprio ano de 1871; outros poderão narrar a seqüência dessa história que é, igualmente, apaixonante.

[O peso da tradição revolucionária de 1789 na Comuna de 1871]

Tradição e criação: há maneiras e maneiras de descrever esse fenômeno. Entre elas, há uma que afasto de imediato, mas que, entretanto, seguramente, tornaria a tarefa mais cômoda e iríamos finalizá-la bem rapidamente.

Na Comuna, duas tendências, dois campos, uma “maioria” [e] uma “minoría” estão brutalmente em oposição, notadamente quando se trata de decidir, no começo de maio, a formação do Comitê de Salvação Pública – o organismo característico da grande tradição –, mas também em muitas outras circunstâncias. Poderíamos, muito comodamente, decidir que aqui está o antigo, ali, o novo. Cito Martial Delpit, que foi o relator geral da Comissão parlamentar de investigação, sobre a insurreição do 18 de março:

Dois grandes partidos dividiam a Comuna. Os jacobinos, ou blanquistas, que (...) tomavam por modelo a Comuna de 1792 (...), a ditadura (...) concentrando todos os poderes e se impondo à França inteira; [já] para os sectários da [Associação] Internacional [dos Trabalhadores], a Comuna (...) era uma primeira realização das aspirações das classes operárias, um ser coletivo concentrando todas as forças sociais, tendo posse da terra e da indústria e distribuindo, entre os [seus] adeptos, para a exploração de uma e de outra, as funções e as vantagens (...)³.

Evidentemente, isto não é de todo inexato, e voltaremos a este assunto. Os próprios “Communeux” assinalaram a existência desta divisão, que, em seguida, nos tempos desgastantes do exílio, continuou cada vez mais rígida (...). Foi sobre esta hipótese de dois “partidos” dividindo a Comuna (na verdade, de três, pois deveríamos rigorosamente distinguir jacobinos e blanquistas) que

³ *Enquête parlementaire sur l'insurrection du 18 mars 1871*. Paris, 1872. p. 26 (paginação da edição em um só volume).

Ch. Rihs escreveu um livro consagrado às “doutrinas da Comuna”⁴. Porém, (...) não aprecio as etiquetas precisas e estritas; de muito sistematizar, não perdemos perigosamente de vista a realidade? Os jacobinos são ditatoriais, centralizadores?

Soberania comunal; nem prefeitura, nem departamento; liberação, emancipação, autonomia da Comuna reconstituída igualmente, administrando-se livremente, tendo vida, força e vontade (...).⁵

Esse texto, do começo dos anos 1850, proveio da organização dos emigrados que adotaram o nome de “Comuna Revolucionária”. A primeira das assinaturas, logo abaixo, é a de Félix Pyat, um dos mais ativos dirigentes (...) do jacobinismo de 1871. Não insistirei neste lado, neste campo, a não ser para ainda lembrar que a declaração “Ao povo francês” de 19 de abril – esse testamento federalista da Comuna – foi votado por unanimidade menos um voto; se o jacobino de puro sangue que era Delescluze não foi o seu único autor, como sugere Vallès, seguramente teve grande participação na sua redação.

Vejamus diretamente os Internacionalistas, que são, principalmente para Ch. Rihs (e para muitos outros), proudhonianos, seguramente com vestígios de bakuninismo, [e], nesse sentido (...), renovadores. Que provas de seu “tradicionalismo” poderíamos resgatar? Eles foram os primeiros a reencontrar a língua, as próprias palavras da Grande Revolução [de 1789] em sua declaração “Ao povo alemão”, da noite de 4 de setembro de 1870:

Em nome de 38 milhões de seres, animados do mesmo sentimento patriótico e revolucionário, nós repetimos aquilo que declaramos à Europa em 1793:
o povo francês não faz a paz com o inimigo que ocupa seu território;
o povo francês é amigo e aliado de todos os povos livres;
nunca se intromete no governo das outras nações [e] não admite que as outras nações se intrometam no seu (...).

Esses são, salvo engano, os termos exatos do artigo 121 da Constituição do ano I.

Ou ainda este texto do 29 de abril de 1871:

Hoje, cidadãos, estamos diante de dois programas.
O primeiro, o dos realistas de Versalhes, conduzidos pelos estúpidos legitimistas e dominados pelos generais do golpe de Estado (...).
O outro programa, cidadãos, é aquele pelo qual fizemos três revoluções (...).
É a reivindicação dos Direitos do Homem (...).

⁴ Ch. Rihs. *La commune de Paris, sa structure et ses doctrines (1871)*. Genebra, Droz, 1955. [Para uma visão mais ponderada]: H. Koeglin. *Die Pariser Commune im Bewusstsein ihrer Anhänger*, Mulhouse, 1950.

⁵ Este documento é reproduzido por A. Muller-Lhning. “The international association (1855-1859)”. In: *International Review for Social History*, 1938. v. 3

Vamos! Não há inúteis: que as mulheres consolem os feridos; que os velhos encorajem os jovens; que os homens de boa saúde não olhem em direção aos anos vindouros, sigam seus irmãos e partilhem o mesmo perigo (...).

Isto tudo não soa como as palavras de Barère na Convenção de 23 de agosto de 1793? Esse texto é de um cartaz afixado pela municipalidade comunal do XVIIº distrito [de Paris], [do bairro] dos Batignolles, inteiramente composto por internacionalistas. No mesmo momento, aliás, nas adjacências, a prefeitura do XVIIIº [distrito], [do bairro de] Montmartre, (...) [de tendência blanquista], lança a mesma proclamação.

Tanto quanto os outros *communards*, os internacionalistas invocam constantemente “nossos pais” de 1789, 1792 e 1793. “Sim, afirma Paul Martine em alguma parte de suas *Memórias*, nós éramos filhos dos homens de 93, os herdeiros diretos dos jacobinistas mais decididos, dos montanheseiros mais determinados!”⁶. Martine é membro da seção da Internacional [do bairro] de Batignolles, desde 18 de fevereiro de 1871. Falemos um pouco do Comitê de Salvação Pública, no qual se espera fazer tal recorte [entre jacobinos e internacionalistas]. Se quisermos fazer as contas, encontraremos internacionalistas tanto (e mesmo sobretudo) na “maioria” quanto na “minoría”. O primeiro que reclamou esse Comitê tipo 93 (...) foi Henri Goullé, (...), que consta entre os membros mais ativos e mais influentes da A.I.T. parisiense. Decidida a criação do Comitê, ele passou a ser o seu defensor incondicional em *A Revolução política e social*, órgão quase oficial da Associação [Internacional dos Trabalhadores] durante a Comuna:

Em 1792, os Direitos que o Povo havia conquistado (...) correram o risco de ser perdidos. Os homens então devotados à causa da nossa classe recorreram ao expediente extremo de delegar todas as forças vivas da Revolução a alguns cidadãos que, armados de um poder ilimitado, puderam, pela energia e clareza de sua ação, salvar nossos direitos durante um certo tempo (...). A Comuna acaba de recorrer a essa medida ditada pelas circunstâncias (...). Nós não trataremos de discuti-la filosoficamente em nossas seções. É preciso salvar Paris!⁷

Deixo rapidamente o problema das sistematizações doutrinárias da história da Comuna, que é secundário. Aquilo que esperava colocar em evidência,

⁶ P. Martine. *Mémoires*, manuscritos conservados na Biblioteca Nacional de Paris, Novas Aquisições Francesas, 12712-12717. Uma parte dessas memórias foi publicada recentemente. Ver Paul Martine. *Souvenirs d'un insurgé*. Paris, 1971. Prefácio e notas de J. Suffel. Contudo, [essa parte] inicia-se apenas em 18 de março, e a citação que estou fazendo é de um período anterior. Que Martine pertencia à Internacional é algo abundantemente provado por seu dossiê nos Arquivos Históricos da Guerra (próximo A.H.G.), IV Conselho de Guerra, dossiê nº 1656.

⁷ *La Révolution politique et sociale*, órgão das seções de Ivry e Bercy reunidas. nº 6. 8/05/1871.

com as numerosas citações nas quais são abundantes as palavras evocadoras da grande tradição – Povo, cidadão, patriota, *chouannerie*⁸, Direitos do Homem, firmeza (“*énergie*”) – ..., é que todos os *Communeux*, quer sejam jacobinos de ascendência direta, quer sejam jovens internacionalistas, apoiaram-se na Revolução, que era certamente para todos a “fundação”, o “nível de base”. Devo acumular ainda outras provas?

A maioria dos jornais que apareceram em 1871 tinham títulos que evocavam imediatamente a lembrança dos anos 1789-1793 *A Montanha* [*La Montagne*], *A Salvação Pública* [*Le Salut Public*], *O Vingador* [*Le Vengeur*]; ou, filiação ainda mais nítida, tomaram esses títulos diretamente das publicações do período da Grande Revolução: Vermorel ressuscita *O Amigo do Povo* [*L’Ami du Peuple*] de Marat, Paschal Grousset, *A Boca de Ferro* [*La Bouche de Fer*], Lissagaray relança (com menos sucesso) *A Tribuna do Povo* [*Le Tribun du Peuple*]. E há, sobretudo, *O Pai Duchêne* [*Le Père Duchêne*] de Vermersch e Vuillaume; somente quem não o leu pode dizer que é um plágio medíocre do grande *Pai Duschesne* [*Le Père Duchesne*] de Hébert. *O Pai Duchêne*, o jornal mais lido, chegou a alcançar 60.000 exemplares. [Ele era, na época da Comuna de 1871,] o mais prestigiado, o melhor confidente do povo simples [“*petit peuple*”] parisiense. E todos estes jornais, analisêmo-los com cuidado, que neles encontraremos incessantemente a magistral linguagem dos tempos antigos. E ainda em se tratando de palavras, é claro, a fundamental: Comuna. Ela sofreu, sem dúvida, no correr dos anos, contaminações diversas – fourieristas, cabetistas, proudhonianas (...); mas, enfim, de qualquer ponto de vista, quando se diz “Comuna” em 1871, é na de 10 de agosto de 1792 que se está pensando⁹.

Até agora, falei apenas dos “de cima”. Desçamos mais abaixo, no nível do povo (me guardo ainda de dizer proletariado); é ali, evidentemente, que é preciso ir procurar, de forma privilegiada, como prosseguiu, como se manteve, a tradição revolucionária. São, no palavreado de 1871, os “miúdos” (“*menus*”), os “magros” (“*maigres*”) – por oposição aos opulentos (gras) – que fazem as revoluções, que se deixam matar.

Em várias ocasiões esbocei esse retrato dos miúdos da Comuna: me dispensem de, no momento, entrar em muitos detalhes¹⁰. Eles me apareceram

⁸ N. do T. - *chouannerie*: insurreição monarquista do oeste da França durante a Revolução Francesa.

⁹ Há naturalmente – os homens de 1871 não se detinham ainda em análises mais aprofundadas como são as de nossos historiadores de hoje – equívocos sobre a palavra “Comuna”. Não se diferencia a Comuna popular, *sans-culotte*, ou quase, de 1792, daquela Comuna que se tornou robespierista mais tarde, após severa depuração. (...) Entretanto, Comuna em 1871 soa habitualmente como “libertária”, é memorizada como auto ou “*self-government*”, antes de tudo.

¹⁰ Remeto a meu *Procès des communards*. Paris, Archives, 1964, reedição em 1971 e [ao meu outro trabalho] *Paris libre 1871*. Paris, Seuil, 1971. (...)

em primeiro plano como os sans-culottes do ano 79 [da república]. E quanto mais tentei aprofundar, esculpir esse retrato, mais impressionantes, mais completas, apareciam-me as semelhanças entre o homem de 1871 e o do Ano II (...). Eu reconheço os *Communeux* por sua vestimenta e por sua arma, como o seu ancestral. Sua vestimenta, o uniforme da Guarda Nacional (...); a Comuna, Paris, a República (a “verdadeira” República, não a de Thiers), na iconografia revolucionária da época, usam quase sempre o barrete frígio. Sua arma: um fuzil rudimentar, não muito mais eficaz que a venerável *pique d’antan*¹¹, mas, de qualquer modo, dizia-se então que “somente os cidadãos têm o direito de estar armados em Paris”. A frase, que é do Ano II, encontraria múltiplos equivalentes em 1871. Uma das reivindicações fundamentais da Guarda Nacional (também uma das causas circunstanciais da insurreição) não é que o exército (o exército não-cidadão, vergonhosamente vencido) deixe a capital e se retire “para vinte postos de distância”?

Como se comporta esse *Communeux*, na vida do dia-a-dia? É um patriota radical, um republicano extremado, fanático. É um cidadão que pertence à cidade-rainha que é Paris, é quem afirma e dita suas reivindicações à França, e também isso tudo era uma herança da Grande Revolução. Quem desertou Paris no momento do combate era – termo também freqüente – um “emigrado”. Notemos, de passagem, a semelhança revelada pelas circunstâncias: o guarda nacional é “o de trinta soldos”, o sans-culotte é “o homem de quarenta soldos”: a miséria retornou.

Mais profundamente, o *Communeux* era socialmente o homem de trabalho, do trabalho. O valente sans-culotte é “aquele que vive, no dia-a-dia, do trabalho de suas mãos”, dizia o antigo *Père Duchesne*. É desse modo que retomo, para designar o “proletário” de 1871, a definição, praticamente a mesma, nas palavras de um redator (um internacionalista) do jornal *Le Prolétaire*, órgão do XIº distrito de Paris: “cidadão vivendo no dia-a-dia [apenas com o mínimo para se sustentar]”. Homem do trabalho de cada dia, em primeiro lugar, certamente, o assalariado propriamente dito, mas também o pequeno empreendedor que, muitas vezes, trabalha junto com seu assalariado e o empregado [de comércio, de escritório] – ainda que se manifeste às vezes uma certa desconfiança, em 1871 como no Ano II, em relação ao que é chamado, sob a Comuna, de “caixeiro” [“courtauds”], e que se chamava durante a revolução de “cours-tôt” de loja.

Não se estudou ainda de modo bastante aprofundado a composição do “pessoal” sublevado de 1871 (...). Não é fácil compará-la com aquela do movimento popular no decorrer da Grande Revolução. Mas se quisermos falar

¹¹ N. do T. - nome da arma rudimentar utilizada pelos sans-culottes.

de números, um detalhe exemplar me impressiona. A inegável concordância que existe, por exemplo, entre a composição do corpo de delegados da Guarda Nacional, em princípio os “motores” e “condutores” de uma insurreição da qual poderíamos, parece-me, considerá-los como uma ótima imagem, e aquela dos comitês populares revolucionários [de 1793], estudados por Albert Soboul. [Tomemos o] caso do III^o distrito, totalmente popular (...). Os dez batalhões [da Guarda Nacional] do distrito estão todos representados na Federação da Guarda Nacional. Todas as companhias, ou quase todas, têm seus representantes, pouco mais de uma centena, e é possível precisar com certeza a situação de 79 dentre elas. Os trabalhadores predominam, sendo que pertencem a quase todas as tradicionais profissões artesanais (a bijuteria, a relojoaria, a gravura). São 60 [trabalhadores]: 44 operários assalariados, mas também quatorze patrões-trabalhadores ou fabricantes e 2 contra-mestres. [Esses 60 estão] lado a lado de sete comerciantes e sete empregados. Não nos aproximamos aqui das proporções pesquisadas por Albert Soboul? Poderia acrescentar, entre outros, 132 delegados conhecidos do XI^o e outros 85 do XX^o distrito¹²: as relações em quase nada mudam quando se trata da parte suplementar, aquela dos que vivem de renda e dos membros das profissões liberais, presentes freqüentemente nas assembléias e comitês sans-culottes. Diríamos que a Paris-povo, a Paris sublevada mudou tanto assim?

Não me deterei longamente na questão das mentalidades profundas. Lembro entretanto que o *Communeux*, e antes dele o sans-culotte, “tem bons costumes”. “É preciso, afirma *O Pai Duchêne* de 1871, que o povo tenha bons costumes; que se dane, o Pai Duchêne os tem também.” Outros tempos, outros costumes: adota-se, por toda parte, em 1871, medidas contra os bêbados (...), as prostitutas e aqueles que se deixam corromper. No Ano II, perseguia-se também o bêbado: “Aquele que quer a perda de sua razão não é digno de ser um republicano”. A Sociedade dos Republicanos Revolucionários desejava que se retivesse as prostitutas em abrigos nacionais onde “se trataria de purificá-las física e moralmente”¹³. A “moral burguesa” nada conta neste caso. (...) Para o popular, [a concubinagem] é uma forma natural de casamento, e os filhos “naturais” que dela saem são tão dignos quanto os outros da preocupação da nova sociedade. As seções do Ano II freqüentemente reivindicaram

¹² Se não apresento dados mais precisos sobre o XI^o, o XX^o, ou qualquer outro distrito, é porque, segundo as fontes de que disponho, não é possível, como é o caso do III^o, fazer distinção, uma distinção significativa, entre patrões e operários. Se as fontes muitas vezes nada dizem sobre este ponto, é que, em certa medida, na Paris do trabalho de então, a diferença tende a se apagar; posso dizer mesmo, que tende a desaparecer. A comparação com o Ano II torna-se mais difícil, ao menos de uma maneira rigorosa.

¹³ A. Soboul *Les sans-culottes parisiens en l'an II*. Paris, 1958. p. 674.

isso. [Por sua vez] todas as municipalidades comununistas em 1871 tomaram medidas necessárias nessa direção¹⁴.

Contudo, quero me deter mais no âmbito político, político-social, evidentemente essencial nesse período de revolução popular: as aspirações, as tendências, as reivindicações (ou melhor, *ao contrário*, os inimigos) dos *Communeux* (...). Permitam-me, se não estou abusando, prosseguir ainda um pouco o jogo das citações (...). Os *Communeux* querem o levante em massa, a princípio visando a luta implacável contra o inimigo do exterior, depois contra o do interior, o monarquista, o canalha de Versalhes e seus cúmplices. [Querem] a *energia*, a *vigilância* (...), o *Terror*, naturalmente – este último, ao menos em palavras. Mas não posso deixar de aproximar a fala da mulher Chalandon, da seção do *Homem armado* [dos sans-culottes de 1793], para quem “tudo correria bem somente quando houvesse guilhotinas permanentes em todos os cruzamentos de Paris”, daquela de uma trabalhadora de cantina do 74º batalhão da Comuna, a qual pedia a seu clube “quatro guilhotinas funcionando permanentemente” em seu bairro. [Há também] a *des cristianização*, talvez mais acentuada, mais espontânea do que tinha sido no Ano II, devido aos temíveis progressos feitos no plano temporal pela Igreja do segundo Império. Mas se em Montmartre, o delegado Le Moussu fechou a igreja Saint-Pierre, “porque os padres são bandidos e porque os covis onde eles assassinaram moralmete as massas (...) são as igrejas”, não há aí algo como um eco da fala do comissário Sarette, da seção Brutus [dos sans-culottes de 1793], que se batia “com zelo em sua seção para rápida destruição dos padres e das igrejas”¹⁵? Durante o Sítio [de Paris pelos prussianos], tratava-se de expropriar os comerciantes atravessadores que especularam com a miséria do povo; no Ano III, dizia-se que os comerciantes iriam ver enfim “aproximar-se o momento em que o povo esclarecido sobre sua perfídia irá obrigá-los a se contentar com um ganho honesto”. “É preciso fuzilar todos os ricos”, pedia um clubista de 1871; o bom patriota Saunier, no Ano II, falava de “degolá-los todos”. Antes de passar à execução, seriam taxados: no Ano II, para as necessidades da guerra; em 1871, para fazer com que eles arcassem com a indenização [de guerra], de cinco bilhões, exigida pelos prussianos.

¹⁴ Idem, ibidem. p. 674-675.

Em 1870, no clube da sala dos *Mil e um jogos*, rua Saint-Antoine, “O cidadão Tartaret, membro da Associação Internacional (...) constata que os lares ilegais se formam mais facilmente em Paris do que no campo. É que em Paris, ao menos entre o povo, se obedece ao ‘sentimento’, enquanto que, para o camponês, o casamento é uma associação de glebas de terra, e para o burguês uma associação de capitais [...]. Classificaremos os pais de família não-casados na categoria de celibatários? Não será bem mais justo consultar a natureza ao invés das leis?”. Discurso reproduzido por G. Molinari. de *Les clubs rouges pendant le siège de Paris*. Paris, 1871 (...).

¹⁵ Soboul, op. cit., p. 579, para as falas da mulher Chalandon e p. 294, para a de Sarette. Não multipliquei mais as referências. É preciso, em suma, reler todo esse livro para acompanhar minhas idéias.

Mas a grande, a fundamental reivindicação, é a do *governo direto*.

No Ano II: “Os membros da Convenção não devem ser chamados representantes, mas mandatários do povo”. Em 1871: “Permaneçam em seu papel de simples comissários (...) Servidores do povo, não tomem falsos ares de soberanos (...). O povo está farto de salvadores; ele pretende daqui em diante discutir seus atos”.

[O termo que aparece nesse documento de 1871] é “comissário”. [Mas nós] encontramos tão ou mais freqüentemente o antigo termo “mandatários”. Os eleitos de 26 de março na Comuna freqüentemente foram investidos de um “mandato imperativo”, implicando controle e censura de seus atos e a possibilidade de sua revogação. Quase não se viu – não se teve o tempo de ver – em 1871, os efeitos desse tipo de mandato. Todavia, alguns desses mandatários, no XVIIº e no IVº distrito por exemplo, aceitaram espontaneamente se curvar à prestação de contas que deles se exigiu. Lamenta-se incessantemente nos clubes que [o Conselho Municipal da] Comuna e o Comitê [Central] da Guarda Nacional “não sejam suficientemente controlados”. Em 23 de maio, um pouco tarde, os ativistas do clube de Saint-Pierre de Montrouge proclamaram “a queda da Comuna porque ela não era suficientemente revolucionária”.

Governo direto quer dizer também governo local, a liberdade para cada bairro se administrar diretamente, “com autonomia”, como exortavam durante o Sítio os militantes revolucionários que a população parisiense não tinha querido escutar (...). Com a Comuna, isso se realizou e os membros das seções do Ano II dificilmente teriam sonhado coisa melhor. Esta vida local dos bairros, dos distritos, nem sempre é bem conhecida, mas ela é essencial em 1871. Os membros [do Conselho Municipal] da Comuna supervisionavam em princípio – algumas vezes eficazmente – o que se passava no setor da capital que os havia indicado. Mais freqüentemente, comitês locais os auxiliavam, os suplantavam, de fato, os substituíam (...). Depois, os clubes, localizados principalmente nas igrejas, eram os lugares onde se centrava esta vida política local, autônoma e crítica, clubes tais como havia desejado Marat, reunião de educação dos patriotas por eles próprios, a fim de “que os melhores cidadãos não se deixassem mais embrutecer pela retórica dos mercadores de palavras”. [Eram] igualmente reuniões de constante discussão dos atos da Comuna e da conduta de seus funcionários. Não nos esqueçamos, nos bairros, da Guarda Nacional, criação ainda da Revolução [de 1789], que tem como modelo, traço a traço, o que foram as forças armadas das seções do Ano II. A lei de agosto de 1792 previa que comandantes, oficiais e sub-oficiais seriam todos eleitos pelos cidadãos da seção do exército. A eleição de todos os seus chefes sem exceção não foi uma das primeiras e mais temidas reivindicações da Guarda de 1871?

[O amálgama tradição/criação. O problema da força da tradição]

É necessário que eu aborde, para finalizar esta parte referente à tradição da Grande Revolução, cujo peso, após oitenta anos, é impressionante, certos pontos que, na obra da Comuna, têm aspecto de renovação (...), mas que possuem também uma forte carga de tradição. Tradição e renovação, dizia eu, intimamente misturadas, inseparáveis!

Quando Vaillant começa a concretizar, em 1871, a instrução laica, gratuita e obrigatória (tarefa que confia, aliás, “com autonomia”, aos distritos, às seções de Paris), não é o projeto da Revolução [de 1789] que ele realiza, e o desejo dos *sans-culottes* que, como os da seção dos *Lombards*, pretendiam uma educação “obrigatória e gratuita”?

Aspecto talvez ainda mais fundamental, a respeito do qual insistirei quando falar do novo em 1871, quando falar do socialismo da Comuna, mas que devo invocar desde agora: os *sans-culottes* reclamavam o direito à assistência, exigiam também o *direito ao trabalho*. [Na Revolução de 1789], sapateiros, alfaiates e mulheres foram várias vezes pedir à Convenção que retirasse o monopólio de fornecimento de vestuário para as tropas das mãos dos fabricantes monopolistas para transferi-lo aos verdadeiros trabalhadores, nos quadros das oficinas das seções [revolucionárias de Paris]. Exatamente a mesma coisa aconteceu em 1871, no que diz respeito ao vestuário da Guarda Nacional, quando a Comuna começa a se preocupar com a organização do trabalho. Retenhamos particularmente esta declaração da *Sociedade dos Homens Livres*, em brumário do Ano II: “Em um estado no qual reina a liberdade e a igualdade, os trabalhos públicos são de propriedade da classe pobre e laboriosa”. São palavras quase iguais que se escutarão pronunciar em 1871. Essas palavras estão, de fato, não somente na boca do povo, mas também na de Frankel, delegado na Comissão do Trabalho.

Vivacidade e revigoramento espantosos, portanto, da tradição da grande Revolução. Outros, aliás, já o destacaram bastante: J. Dubois em seu estudo lexicológico, tão precioso para os historiadores, do vocabulário político e social na França, de 1869 a 1872, ainda que se mantendo num nível de língua um pouco elevado para meu gosto, o dos escritores e jornalistas – influentes, seguramente –, negligenciando o dizer (e a memória) daqueles “da base”; o sociólogo H. Lefebvre, analisando em seu livro sobre a proclamação da Comuna a consciência histórica como elemento da consciência de classe; o sócio-historiador, se ele me permite designá-lo sob este termo bárbaro, A. Decouflé, em seu trabalho sobre “revolução popular e poder revolucionário” em 1871¹⁶.

¹⁶ J. Dubois. *Le vocabulaire politique et social en France de 1869 à 1872, à travers les oeuvres des écrivains, les revues et les journaux*. Paris, Larousse, 1962. (...). H. Lefebvre. *26 mars 1871, La proclamation de la Commune*. Paris, N.R.F., 1965. A. Decouflé. *La Commune de Paris (1871), Révolution populaire et pouvoir révolutionnaire*. Paris, Cujas, 1969.

Mas esta vivacidade da tradição, a constatamos, a descrevemos; falta explicar as suas profundezas, e é preciso também confessar que tanto quanto os outros pesquisadores em ciências humanas, o historiador encontra alguma dificuldade em o fazer. Nós todos dizemos, desde Daniel Halévy até o recente livro de Alice Gérard¹⁷, que a Revolução tornou-se “fé” para os franceses no século XIX; aliás, também bem depois; mas – e isto importa sobretudo no nível popular no qual me concentro – fé sob quais formas, como, por quê? Para uma tal explicação, seria preciso uma associação estreita de todas as disciplinas, associação que se encontra esboçada, mas que não encontrou ainda verdadeiramente um caminho.

Confesso que não gosto das justificativas “milénaristas” como aquela que A. Decouflé invoca, citando, após Halévy, este texto de E. Montégut, escrito em agosto de 1871:

Aconteceu-nos de escrever (...) que o povo é sempre de natureza milénarista. Em todas as época, em todos os lugares, ele o foi, mas em nenhuma parte no grau a que chegou na França, a partir de 1789. A Revolução foi para ele realmente o grande julgamento das nações que deveria preceder o reino dos mil anos, e desde então, [o povo] espera a aparição do Messias prometido, com uma constância que os mais cruéis desmentidos não puderam abalar¹⁸.

Nós somos, permanecemos, mesmo que a coisa deva ser considerada um pouco simplista, no *secular*, e é antes nesta passagem *em nenhuma parte no grau a que chegou na França desde 1789*, nessa situação histórica precisa, que preferiria que nos detivéssemos. A. Decouflé, em sua *Sociologia das revoluções*, desvela ainda, em todos os movimentos revolucionários, certas constantes, a espontaneidade (ou a festa), uma necessidade de soberania, “poder”, escreve ele, “ao mesmo tempo absoluto e difuso”, a vigilância, a violência, e, ao mesmo tempo, a bonomia... E isto seguramente é exato. Mas se levarmos as coisas um pouco mais longe, no caso por exemplo desta soberania popular espontânea, direta e difusa, que tem grande peso em 1871, corre-se o risco de desembocar em conclusões que assustam um pouco o historiador, homem de concisão e do meio termo, assim como da longa duração. Tais como aquelas de Hannah Arendt, em seu *Ensaio*, aliás bastante sugestivo, sobre a Revolução:

Decorre disso que nenhuma tradição, nem revolucionária, nem pré-revolucionária, pode ser invocada para dar conta da aparição e da reaparição desde a

¹⁷ D. Halévy. *Histoire d'une histoire esquissée pour le troisième Cinquantenaire de la Révolution Française*. Paris, Grasset, 1939. Por exemplo, na p. 58: “No café Procope, os estudantes republicanos se declaravam, ainda, alguns por Danton, outros por Robespierre. Esses jovens, embebidos de leituras, se voltavam para o passado: a Revolução tinha se tornado um sentimento”. A. Gérard. *La révolution française, mythes et interprétations, 1789-1970*.

¹⁸ Halévy, op.cit., p. 53. Todos os dois se apóiam em E. Montégut. *Où en est la Révolution française? Simples propos sur la situation actuelle*. *Revue des deux mondes*, 15/08/1871.

Revolução francesa desse sistema de “conselhos” (...). As datas de aparição destes organismos e germes de um novo Estado são as seguintes: o ano de 1870, quando a capital francesa sitiada, “espontaneamente, se reorganizou em um corpo federativo em miniatura” que, então, formou o centro do governo da Comuna (...); 1905, quando a vaga de greves espontâneas na Rússia subitamente se dotou de uma direção política própria (...); a Revolução de 1917 (...); os anos 1918 e 1919 na Alemanha (...). Unicamente a enumeração destas datas faria acreditar em uma continuidade que, de fato, jamais existiu. É precisamente esta ausência de continuidade, de tradição e de influência organizada que torna tão evidente a uniformidade do fenômeno¹⁹.

Descontinuidade: uma palavra que, para o historiador, é difícil admitir! (...). Vigilância e desconfiança, terror, soberania do povo, essas são exatamente as palavras, as palavras comuns de nossa primeira revolução. Se me sentir capaz de aceitar, a longo termo, as sugestões dos sociólogos, fico apesar de tudo obrigado (...) a procurar, particularmente em Paris, (...) quais são os meios, os intermediários, quais são as “correias de transmissão” precisas que asseguraram, no caso particular, permanências e perpetuação da memória. Pois se os *Communeux* refazem, ou se quisermos, “reinterpretam” o Ano II com um certo grau de exatidão, deve certamente haver aí alguma razão “historiável”.

Tenho apenas, e as proponho brevemente, algumas hipóteses. Minha intenção é que sirvam, de alguma maneira, a investigações mais específicas, mais aprofundadas, e essas, naturalmente, sejam “pluridisciplinares”. Primeira sugestão (a mais simples!): existe uma evidente semelhança de situações.

Do Ano II a 1871, a História se repete quase que inteiramente – e não somente como farsa, ao contrário do que dizia Marx com uma cruel ironia. É o mesmo drama que recomeça. A Pátria em perigo – Pátria, Nação, República são ainda uma mesma palavra; o Povo de Paris uma vez mais enfrenta o prussiano, em seguida (ou ao mesmo tempo), o monarquista. Nesse aspecto, as coincidências vão muito mais longe. Entre os dirigentes do exército de Versalhes, há um tal de Charette, filho do sobrinho do Charette da Revolução [de 1789], com seus soldados bretões, um Cathelineau! Como as palavras “chouans” e “vendéens”²⁰ não voltariam de modo natural aos lábios dos parisienses de 1871? Pode-se concluir que falta um estudo diacrônico desta tríade Pátria-Nação-República! Seria um estudo essencial para uma boa compreensão do que era o “patriota” de 1871, o insurreto verdadeiro.

Ademais, o Sítio e suas calamidades ressuscitaram brutalmente (...) a antiqüíssima crise de subsistências, e com ela todo o cortejo de consequên-

¹⁹ Hannah Arendt. *Essai sur la révolution*. Paris, N.R.F., p. 387-388.

²⁰ N. do T. - Nomes dos insurretos camponeses, em sua maioria habitantes do departamento francês chamado Vendée, que em 1793 rebelaram-se contra a Revolução Francesa.

cias, a “desigualdade na penúria”, como diz o senhor Ernest Labrousse, que é sentida talvez ainda mais violentamente que a desigualdade na prosperidade. Como os de “trinta soldos”, como este povo de recursos irrisórios não teria reencontrado o ódio, ainda não esquecido, do proprietário das subsistências, do comerciante de alimentos, do açambarcador, do monopolista, e do rico também, que tinha os meios de se abastecer no mercado paralelo, no “mercado negro”? Uma antiga fome secular despertou antigos instintos, deu vida e força a antigas palavras tradicionais.

Paris, além do mais, não mudou muito, desde o Ano II, em suas estruturas sociais, industriais; quase tão pouco como em suas estruturas urbanas, humanas. Não me deterei particularmente em explicações que alguns poderiam qualificar de pobres, “mecanicistas”, mas enfim devemos primeiro responder à questão levantada por Albert Soboul, na última página de sua tese sobre os *sans-culottes* no Ano II²¹.

Durante o decurso do século XIX, artesãos e pequenos comerciantes agarraram-se firmemente à sua condição. Por essa razão, seria interessante conhecer precisamente qual é a parte que, das jornadas de junho de 1848 à Comuna de 1871, é devida ao proletariado propriamente dito e às categorias de tipo tradicional (...).

Minha resposta, nesse caso, é categórica: do Ano II a 1871, Paris permaneceu sendo Paris. (...) Por certo, aquilo que chamamos revolução industrial já a tinha atingido: grandes indústrias, fábricas – na realidade, sobretudo em sua periferia – apareceram. A hierarquia ou a ordem respectiva das profissões industriais estava em vias de se modificar. Mas tão superficialmente! No que se refere às estruturas do trabalho, comparo os grandes recenseamentos efetuados pela Câmara do Comércio em 1848, 1860, 1872, eliminando, para obter uma maior precisão, todas aquelas que não são propriamente profissões industriais. (...) No alto, aparecem sempre as profissões mais tradicionais (não gosto da palavra artesanal e tampouco da palavra proletária, pois, então, encontrávamo-nos num meio-termo, que podemos denominar capitalismo comercial, com seus empresários, seus intermediários, seus assalariados, ora concentrados, no mais das vezes trabalhando em domicílio): o vestuário, mais de um terço do total, depois, as profissões de Paris, os artigos [de luxo, típicos] de Paris, trabalhos de precisão como aqueles dos metais preciosos, dos móveis, do livro... [isso perfazia] uma considerável quinta parte. Essa é a maioria decisiva. Vêm em seguida, a construção, ativa, mas flutuante sob o Segundo Império, tradicional, aliás, como também agora, a metalurgia, mais ou menos, uma décima parte, cada qual... Totalizemos! Em 1848, 346.000 assalariados para 58.000 patrões. Para comparar: em 1860, em uma Paris

²¹ Soboul, *op. cit.*, p. 1035.

mais ou menos equivalente, aquela dos doze primeiros distritos novos, 338.000 para 68.000. Na “grande” Paris, compreendendo a periferia anexada, 403.000 assalariados para 68.000 patrões, e em 1872, 454.000 para 80.000. Nestes 22 anos, a relação entre operários e patrões permaneceu sempre mais ou menos de seis para um – teria mesmo decrescido ligeiramente em 1872. É aproximadamente a proporção que Albert Soboul admitia na Paris trabalhadora do Ano II.

Seria possível objetar-me citando as reformas [urbanísticas] de Haussmann [na cidade de Paris] e lembrando o afluxo considerável de população, devido à anexão de 1860. Mas, de fato, o que se passou? Haussmann quase que não tocou no Leste de Paris, nos bairros operários, a não ser para ali traçar largas avenidas que dizia serem estratégicas. Com a ajuda da alta dos aluguéis, quis descongestionar o “centro perigoso da capital”. Por esta razão, foi obrigado a fazer a deportação para a periferia, sempre mais a Leste, dos verdadeiros parisienses, particularmente em direção a Belleville. Mas Belleville, o bairro “vermelho” por excelência, um dos “Mont Aventin” da Revolução, é o mais parisiense, o mais tradicional dos bairros de Paris²². Houve simplesmente transplante, “deportação” de uma população que, aliás, tinha nostalgia de sua verdadeira cidade, e procura reconquistá-la.

O afluxo constante de uma população nova? Se acreditarmos nos números imperfeitos, mas que neste caso me parecem aceitáveis, do Relatório Appert, um quarto, mais ou menos, dos indivíduos presos sob suspeita de insurreição, era de origem parisiense. Os autores da época – por exemplo, Maxime du Camp, para 1871 – apresentam, de bom grado, as insurreições parisienses como um fato devido principalmente àqueles temidos imigrados, *declassés*, que vieram a Paris procurar uma oportunidade e não a encontraram. Tema habitual, mas que não corresponde à realidade! Trata-se raramente de *déclassés*. Muito pelo contrário, [não se pode esquecer] com que facilidade, com que rapidez, o operário que veio trabalhar na capital era “naturalizado” parisiense. Todos os autores estão de acordo, dos contemporâneos Audiganne ou Martin Nadaud ao historiador L. Chevalier²³. Ir a Paris é já ter escolhido romper com sua província. Aí, a profissão, o bairro nos absorve bem rapidamente, a me-

²² Foi isso que procurei demonstrar, no que se refere a Belleville, em *Les Elections de 1869*, estudos apresentados por L. Girard. *Bibliothèque de la Révolution de 1848*. Paris, 1960. t. 21. Pude igualmente me apoiar nos estudos sociais, fundamentados no exame das listas eleitorais de 1871, que foram apresentados nos recentes trabalhos de mestrado de C. Arribaud. *La Commune dans le XVIIIe. Arrondissement*, Nanterre, Universidade de Nanterre, 1971 e de R. Le Carrer. *Le IVe. arrondissement pendant la Commune*, Paris, [Universidade de] Paris I, 1971. Montmartre é também um bairro de “deportação” – basta lembrarmos de *L'Assommoir* –, e o IV distrito é um dos mais classicamente parisienses.

²³ L. Chevalier. *Les Parisiens*. Paris, 1967. p. 362 (...).

mória da capital se torna nossa. Que belo exemplo de parisiense nos dá o pedreiro Nadaud da região da Creuse, que viu [a Revolução de] 1830, filiou-se à Sociedade dos Direitos do Homem, “fez” 1848, foi exilado pelo Império, [tornou-se autoridade política regional na] Creuse após 4 de setembro de 1870, e que retornou a Paris em abril de 1871 e pediu a Delescluze para participar da sua Revolução²⁴. E nós sabemos que papel “contagante”, importante para nossa questão, tiveram esses migrantes dos quais ele foi um eco, privilegiado talvez, mas ainda assim típico.

Falava de estruturas industriais, humanas, mas também urbanas. A própria cidade é memória. Uma memória coletiva se enraíza, como bem mostrou Halbwachs, nas “pedras da cidade”. Paris são pedras, monumentos, vias que perpetuam uma lembrança: a casa comum, o Hotel de Ville, coração da cidade; a Praça da Bastilha à beira do Faubourg Saint-Antoine, com sua coluna elevada aos mártires de 1830 e de 1848, em torno da qual precisamente se realizam, a partir de fevereiro de 1871, as grandes demonstrações populares contra a “má” República e contra a paz; o Panteão, diante do qual, durante o Sítio, o prefeito republicano Bertillon fazia acontecer cerimoniosamente os “recrutamentos voluntários”; os grandes bulevares (mesmo amputados) onde se desfila, sobre os vestígios dos cortejos revolucionários de outros tempos²⁵, onde se luta também, onde desfilaram os cadáveres de Fevereiro de 1848. Do lado oposto, a abominável coluna de Vendôme, a coluna Napoleão, contraponto, nos bairros burgueses, da coluna popular da Bastilha; o infame Palais, as Tulherias, a Chapelle expiatória construída em reparação à morte de Luís XVI... H. Lefebvre, e antes dele os militantes “situacionistas”, tiveram razão em salientar que os monumentos de Paris não são “inocentes”²⁶: os *Communeux* irão demonstrar isso. As ruas, os bairros manifestam também esta perpetuação das lembranças por meio das pedras. A Internacional de Paris se constituiu desde 1870 em “seções” – também palavra da Revolução. Numerosas dessas seções têm nomes de antigamente: na margem direita [do rio Sena], as seções do *Roule*, do *Faubourg-Montmartre*, do *Faubourg-Saint-Denis*, do

²⁴ M. Nadaud. *Mémoires de Léonard, ancien garçon maçon*. Bourgneuf, 1895. Uma simples leitura do livro fornecerá inumeráveis provas de tudo o que estou afirmando. Sobre o episódio de sua entrevista com Delescluze, ver a página 408.

²⁵ Cf. M. Ozouf. “Le cortège et la Ville, les itinéraires parisiens des fêtes révolutionnaires”. *Annales E.S.C.*, set-out/1971. p. 889 e ss.

²⁶ Manifesto da Internacional Situacionista “Sobre a comuna”: “A Comuna representa até os dias de hoje a única realização de um urbanismo revolucionário, criticando na prática os signos petrificados da organização dominante da vida, reconhecendo o espaço social em termos políticos, não acreditando que um monumento possa ser inocente [...]”. O texto é de março de 1962.

Faubourg-du-Nord, Poissonnière, Popincourt; na margem esquerda, as seções do *Jardin-des-Plantes*, a dos *Gobelins*, a do *Panthéon*... (...).

Para perpetuar as lembranças, há também os homens, os escritos, a História. (...) De bom grado, destacamos que a década que precedeu 1871 foi marcada por brilhante redescoberta da história da Revolução [de 1789], com a *História de Saint-Just* de E. Hamel, em 1859, seguida de sua *História de Robespierre*, com o *Marat* de Bougeart, em 1865, o *Anacharsis Cloots* de Avenel, a *História da vida de Danton* de Robinet, *Os gênios da liberdade* de Gastineau, *Os últimos montanheses* publicado em 1868 por J. Claretie, com reedição por Vermorel em 1866 e em 1867, *Clássicos da revolução*, Robespierre, Danton, Vergniaud, Marat. Conhecemos também a reabilitação dos Hebertistas por Tridon (e Blanqui) em 1864, em seguida, os anátemas do primeiro contra a Gironda e os girondinos. As sinalizações são interessantes. Mas é claro que seria preciso poder apreciar o grau de difusão desses livros. É evidente que atingiram uma elite republicana e revolucionária, elite não menos brilhante. [Quanto às] camadas populares, não creio que seja desse modo que poderemos explicar em profundidade a memória que tinham da Grande Revolução e, sobretudo, seu “comportamento sans-culotte”. [Entretanto], na biblioteca ideal que propõe ao operário, Agricol Perdiguier incluiu uma história da Revolução. Melhor ainda, tomemos o “verdadeiro operário” (...) descrito por Denis Poulot em *O sublime*:

Ele tem em sua casa a *História da grande revolução*, a *História dos dez anos*, *Os girondinos* de Lamartine, a *História do dois de dezembro*; pode-se dizer que a história é sua leitura favorita²⁷.

(...)

Mas, tratando-se ainda de escritos, há um que se pode dizer que foi amplamente conhecido e divulgado, em todos os anos deste período. Falava-se dele em 1871, falava-se dele em 1848. Em todos os clubes populares, era comentado, estudado: trata-se da Declaração dos Direitos do Homem de Robespierre (...). Este escrito discute explicitamente a questão da soberania popular total, direta:

A soberania reside no povo (...). Nenhuma parte do povo pode exercer o poder do povo inteiro (...). Cada cidadão tem o direito igual de concorrer para a formação da lei e para a nomeação de seus mandatários e agentes. As funções públicas são essencialmente temporárias (...). Os delitos dos mandatários do povo e de seus agentes não devem jamais permanecer impunes.

Há aqui, parece-me, proposições (pouco importa quais foram as intenções ou a ação de Robespierre) que o povo sans-culotte de 1871 tomou real-

²⁷ D.-P., *Le sublime*. Paris, 1872. p. 33. O operário verdadeiro [no conceito do autor] não bebe, ou não bebe quase nada.

mente ao pé da letra, das quais deduziu todas as conseqüências. Aliás, ele tinha feito o mesmo em um momento determinado de 1848.

Enfim, há os homens! Incluo aqui, entre outras, bem amplamente, toda forma de tradição, de transmissões orais (...) que trazem certamente resultado mais eficaz que o escrito. Pensemos particularmente na canção (...) “A Marselhesa” – insere-se nela uma “Marselhesa da Comuna” – ou “A canção da Partida”. Quantos refrões novos são cantados com ares de antigos, e, por exemplo e freqüentemente, aquele de “A carnagnole”²⁸? Todos os livros sobre a Comuna se referem a Bordas cantando “La Canaille” diante de um auditório que lhe fazia coro (...).

Incluo, ainda, aqueles que poderíamos chamar de revolucionários de profissão, aqueles que encarnam em sua própria vida toda a tradição da qual estou falando. Não há nenhuma necessidade, creio eu, de nos determos em um Blanqui, um Delescluze, ou nas sociedades, secretas ou não, que eles impulsionaram e que, nos anos silenciosos, contribuíram, por seu lado, para a perpetuação dessa tradição. É aos miúdos, ao “povo simples”, que preferiria, se tivesse tempo, me dedicar. Tais como o operário tapeceiro Théodore Six, combatente de 1830 (...); em 1848, ele é membro da Comissão [Governamental do Trabalho] de Luxembourg; deportado pelo Império; fundador, em 1867, da Câmara Sindical dos Tapeceiros, havendo pertencido, sob a Comuna, à Comissão municipal do VII^o distrito (e autor de um admirável poema, “O povo para o povo”, escrito no exílio, em 1852, publicado somente em 1871). Desses humildes combatentes que partilharam todos os perigos, nós [apenas] começamos a fazer o inventário.

Mas incluo, com mais forte razão ainda, os homens em revolução, mais amplamente até mesmo as próprias revoluções que, naquele século, em suma, asseguram sua própria continuidade, e, diria eu, realizando-a, explicam-na. Cada uma delas impulsionava à seguinte, que era o seu eco. Esse era um tema freqüente na época: “é sempre a mesma revolução que começa”. Tema que, em parte, é claro, podemos tomar ao pé da letra. Sempre me irritou o “milenarismo” de um Montégut, mas há também esta reflexão, bem mais histórica:

A cólera crescia a cada decepção. Foi de início um abatimento taciturno e um mutismo desconfiado, em seguida uma cena de violentas desaprovações misturadas com ameaças [referência à Revolução de 1830], depois uma horrível crise nervosa acompanhada de blasfêmias e de punhos levantados para o céu [1848], finalmente, a resolução furiosa de uma esperança desesperada [1871] (...), e é essa a última cena que acabamos de assistir (...). Eis como a revolução sempre continua (...).²⁹

²⁸ N. do T. *Carnagnole* é o nome de uma dança de roda dos revolucionários de 1793.

²⁹ Montégut, op. cit.

A cada revolução, naturalmente, causas próprias, imediatas. Mas em 1830 (...), luta-se pelo Povo, pela Nação, termo ainda de frescor bem recente – não a nação [aristocrática] de Luís Felipe, é claro. Em 1848, há, certamente, e de grande proporção, a “criação dos operários de Paris” da qual nos falou [neste colóquio] R. Gossez. Há igualmente o peso de uma tradição que não é ainda tão distante, um peso que foi avaliado muito bem, em 1850, por Tocqueville – aos meus olhos, aquele que, com Marx, foi quem melhor compreendeu este século XIX revolucionário francês, essa revolução que não termina jamais. [Ouçamos o que diz Tocqueville sobre 1848:]

A imitação [de 1789] era tão manifesta que escondia a terrível originalidade dos fatos. Eu tinha incessantemente a impressão de que estavam realizando a representação da Revolução Francesa bem mais do que a continuando (...)³⁰.

Na *Revue des deux-mondes*, E. Lavollée dirá também que lhe parece que em 1871 os revolucionários não tinham feito outra coisa além de repetir 1848. Sob as vestimentas antigas, sem dúvida há, a cada vez, algo de novo. Mas destaquemos este papel particularmente claro de intermediário interpretado por 1848, particularmente em seu primeiro período de liberação resplendorosa. Clubes, jornais, cartazes repetem os antigos, as grandes frases da Revolução popular, aquelas que reencontraremos em 1871: sans-culotte, mandatário, comissário, vigilância, patriotismo, Comitê de Salvação Pública, e, já então, Comuna... A Sociedade dos Direitos do Homem pôde então se mostrar às claras, ativa, brilhante, divulgava nada mais que a Declaração dos Direitos do Homem, da qual pretendia imprimir 90.000 exemplares.

Eis aí um feixe de argumentos que o historiador procura oferecer para justificar essa [passagem de E. Montégut, citada mais atrás]: “em nenhuma parte no grau a que chegou na França, a partir de 1789”. Um feixe, uma rede incompleta seguramente, no qual, além do mais, as coisas não estão colocadas em uma ordem rigorosa, e que eu só proponho com o objetivo de que a reflexão seja criticada, continuada, aprofundada, sobretudo misturada, numa verdadeira mistura harmoniosa e equilibrada na qual as pesquisas de nossas disciplinas irmãs encontrarão seu lugar exato. No que diz respeito à tradição, eu terminarei lembrando que, em toda a revolução francesa do século XIX, há ao menos um jornal que teve por título *O despertar* [*Le réveil*].

³⁰ Hannah Arendt cita este texto expressivo em seu *Ensaio sobre a revolução*, p. 386. Uma análise aprofundada dos textos de 1848 confirmaria a afirmação de Tocqueville, que, em 1850, constatou também: “O que é claro para mim, é que, desde há sessenta anos, tratou-se de um engano acreditar que o que se via era o fim da Revolução [...]. É evidente [...] que a vaga continua a caminhar, que o mar sobe; que não somente não vimos o fim desta imensa revolução que começou antes de nós, mas que a criança que nasce hoje provavelmente não o verá [...]”. Com Tocqueville e com Marx, ultrapassa-se evidentemente (...) nossos horizontes parisienses, em direção a uma onda longa que talvez não tenha terminado. As discussões que se seguirão explicitarão os modos e as razões disso.

[A criação na Comuna de Paris: esboço de uma economia socialista sob controle das associações operárias]

Está na hora de eu abordar a renovação, ou a criação. Já confessei o quanto e por que eu poderia vê-la mais débil. Ela existe realmente em 1871 ou somente na sua posteridade lendária? O que pode parecer novo não será apenas continuidade? É verdade que, em História, a continuidade é, ela própria, criativa! Sem muito complicar, abordarei o problema de uma única perspectiva, ou seja: a Comuna foi socialista, um governo socialista, ou, pelo menos, um governo “operário”?

Colocarei inicialmente os fatos, alguns fatos. Poderemos refletir a seu respeito, e, em seguida, discuti-los. A Comuna tomou, todos sabem, diversas medidas sociais, que não podem ser desprezadas; mas, também, no fundo, (...) pouco características do que se denominou “um poder de novo tipo”: a questão dos vencimentos das dívidas, dos aluguéis (...), a do Mont-de-Piété [devolução gratuita dos objetos penhorados pelos pobres]... Não me parece necessário insistir nisso, pois são, antes de tudo, detalhes circunstanciais (...) ³¹. Sem querer diminuir sua importância, passo, rapidamente também, pelas realizações da Instrução Pública de Vaillant. Como eu já disse, ela é eco das intenções dos homens de 92 e 93 e precursora da obra que será realizada pela Terceira República que estava por vir – realizada mas desfigurada, dizem alguns (...) ³². É ao socialismo, ao socialismo datado, de 1871 (com todas as suas reminiscências e precisamente com as tradições que leva consigo) que irei me restringir.

Socialismo, intenções socializantes! Se recorrermos ao léxico feito por J. Dubois, ao vocabulário das lutas sociais daquele tempo, os antagonismos “de classe” podem parecer imprecisos, indecisos, incertos. Trabalho, trabalhador, que são os termos mais correntes, têm, ao menos aparentemente, um conteúdo e uma significação bastante vagos: seus sinônimos (ou suas conotações) são miséria, labuta, pobres, deserdados, povo, servo, cidadão. Em face deles, o rico, o burguês, um pouco mais explicitamente, os “monópolios e privilégios” – os privilégios, essa antiga palavra sempre ressuscitada – e até, e já

³¹ Também na Espanha “libertária”, a questão dos Monts-de-Piété estava, em 1936, na ordem do dia. Semelhanças imediatas, similaridades de longa duração!

³² Para (...) a educação, remeto naturalmente à Declaração dos Direitos do Homem de 1793, artigo XXI: “A instrução é uma necessidade de todos. A Sociedade deve facilitar com todas as suas forças os progressos da razão pública e colocar a instrução ao alcance de todos os cidadãos”. A idéia frutificou no século XIX, e cresceu: consulte-se sobre este ponto os numerosos trabalhos de M. Dommanget, assim como a preciosa compilação de textos comentados por S. Frumov *La Commune de Paris et la démocratisation de l'école*. Moscou, 1971. Essas indicações poupam-me de comentários mais longos.

então freqüentemente, [a palavra] exploradores. Palavras tradicionais, palavras novas. Entretanto, sempre, a oposição que surge mais nitidamente é aquela entre o operário que só produz coisas, cria valor, e o parasita que o sobrecarrega, o ocioso; o ocioso, ou uma série de outros termos que encontramos, com freqüência, designando aquele que enriquece sem nada fazer, com o trabalho de outro. O trabalho é tudo, é o primeiro. A sociedade, o governo e seus funcionários, a burguesia, o patrão, [todos] extraem alguma coisa daquilo que é o “produto verdadeiro” – [são o] imposto, pré-oferta [“prélibation”] como dizia Proudhon, “dízimo”, como se designa algumas vezes. De qualquer modo, enganação e roubo: não se chegou ainda à mais-valia de Marx, mas se está no caminho. O homem simples do povo trabalhador (...) sente-se vítima da apropriação inadmissível daquilo que ele sabe ter realmente produzido. A idéia não é nova, mas decididamente aparece cada vez mais viva na manufatura ou na fábrica (onde, além do mais, reina uma disciplina considerada como “prisão”); sobretudo nas profissões mais antigas, como as do vestuário e dos calçados, aparece com mais evidência que o empresário, o empresário intermediário [que fornece a matéria-prima ao trabalhador em domicílio], explora, sem justificação nenhuma, aqueles que ele põe para trabalhar. É aí que [esse sentimento] é, talvez, mais vivo. Devo aos operários alfaiates esta citação exemplar, do fim de abril de 1871:

O conjunto dos alfaiates recomeça os trabalhos do uniforme da guarda nacional. Entrega diretamente o trabalho aos cidadãos, demonstrando com isso a inutilidade do patronato (...). Se o canhão pudesse se calar um pouco, a Comuna não nos faria esperar mais (...).³³

Inutilidade do patronato, é disso portanto que, cada vez mais, estão convencidos os operários. Os patrões, como diziam expressivamente os mesmos alfaiates, só existem para “monetizar o suor” deles. Mas isso tudo ainda está para ser recolocado em uma história mais longa.

O fim do Segundo Império tinha visto – e teve de tolerar – uma grande revivescência das sociedades operárias, fazendo renascer a experiência de 1848-1851, [sociedades] que, no entanto, nós já podemos denominar sindicatos. Às vésperas da queda do regime, posso contar em Paris quase uma centena delas, no verdadeiro sentido da palavra³⁴. São sociedades que perturbam, que visam um revolucionamento da sociedade, não apenas tendo em vista interesses ou

³³ *La révolution politique et sociale*, 31/04/1871.

³⁴ Calculo que ainda seria inferior à realidade, se acreditarmos em Poulot, op. cit., p. 294: “Temos em Paris, em 1870, trezentas ou quatrocentas sociedades cooperativas de consumo, mais cem sociedades cooperativas de produção; duzentas sociedades de poupança e empréstimo mútuo; cerca de sessenta sociedades de resistência e de solidariedade; sessenta câmaras sindicais de operários, e muito outros agrupamentos, bibliotecas populares, círculos de ensino etc., etc...”.

reformas passageiras (...). Ao menos vinte são expressamente seções da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), cerca de sessenta pertencem à Câmara Federal das Sociedades Operárias, que é, na verdade, uma filial da AIT. É o sindicalismo parisiense que está nascendo, ou que reaparece. A finalidade dessas sociedades operárias, definida por elas próprias ou pelo fato de estarem filiadas à A.I.T. [é]: a “resistência” antes de tudo, a defesa dos salários, a exigência de tarifas adequadas, o direito a uma existência operária que não seja rebaixada, inferior em direito, em qualidade, em todas as coisas, à das outras classes. Junto a esses, outros projetos até mais ambiciosos.

Os sindicatos, dizia Marx, são as escolas do socialismo. É nos sindicatos que os operários se educam e tornam-se socialistas; porque todos os dias é encetada sob seus olhos a luta contra o capital (...). A grande massa dos operários atingiu a compreensão de que é preciso que sua situação material seja melhorada. Ora, havendo melhorado a situação material do operário, este pode se consagrar à educação de seus filhos, de sua mulher; assim, seus filhos não têm mais necessidade de ir à fábrica; ele pode, além disso, cultivar o seu espírito (...). Torna-se socialista sem sombra de dúvida (...)³⁵.

Mesma idéia em E. Varlin, sem dúvida, o melhor dos militantes internacionalistas de então (ele pagou com a própria vida por sua prática socialista durante a Comuna):

As sociedades cooperativas (...) merecem particularmente nossos encorajamentos e nossas simpatias, pois são elas que formam os elementos naturais da edificação social do futuro; são elas que poderão facilmente se transformar em associações de produtores; são elas que poderão operar os equipamentos sociais e organizar a produção (...)³⁶.

Pindy, delegado francês no Congresso da A.I.T. de Bâle, em 1869, vai mais longe ainda:

O conjunto das diferentes corporações por cidade forma a Comuna do futuro (...). O governo é substituído pelos conselhos dos corpos de profissão reunidos e por um comitê de seus respectivos delegados, regulando as relações do trabalho que substituirão a política (...)³⁷.

Até mesmo a palavra “Comuna” é aqui pronunciada! Será que a Comuna, uma vez concretizada, caminhou realmente nessa direção, que eu chamaria,

³⁵ Trecho de uma conversa entre Marx e o funcionário sindical Hamann, do sindicato dos metalúrgicos alemães, citado em *Travail salarié et Capital*. Paris, Sociales, p. 120.

³⁶ *La Marseillaise*, 11/03/1870. Apresento por extenso o texto do artigo de Varlin na minha comunicação “Les sections françaises de l’Association internationale des travailleurs”, colóquio *La première internationale, l’institution, l’implantation, le rayonnement*. Paris, 1968. p. 126-127.

³⁷ Ver o relatório de Pindy sobre as sociedades de resistência, apresentado na reunião de 11/09/1869, em *La première internationale, recueil de documents*, apresentados sob a direção de J. Freymond. Genebra, Droz, 1962. t. 2, p. 108-109.

em síntese, de “sindicalização dos meios de produção”, para, em seguida, passar ao estado da simples “administração das coisas”?

Infelizmente, as perseguições do Império e, mais ainda, o Sítio desmantelaram, em 1870, as organizações operárias. Restaram apenas cerca de dez, ou, no máximo, vinte “Câmaras Sindicais” que tinham alguma atividade. Mas a Comuna possuiu seu Ministério do Trabalho, a Comissão do Trabalho e da Troca, exclusivamente preenchida, aliás, por militantes internacionalistas, sob a direção de Frankel, sendo que essa comissão trabalhou ativamente. Os Arquivos históricos da Guerra conservaram documentos suficientes para que possamos fazer uma idéia de sua atividade.

A Comissão [do Trabalho e da Troca] consagrou-se inicialmente a humildes tarefas destinadas a colocar em andamento a vida da cidade, mas muito rapidamente chegou às questões operárias propriamente ditas. Para facilitar a retomada do trabalho e, como se dizia, “igualizar” as relações entre patrões e operários, assegurou-se a abertura, em cada subprefeitura, de uma espécie de Bolsa do Trabalho, para recolher pedidos e ofertas de emprego. Logo também afluíram as reivindicações propriamente operárias. A mais fundamental: que a Comuna entregasse preferencialmente – e mesmo, exclusivamente – o trabalho de que dispunha para as associações operárias de produção (em sua maior parte, dependentes das câmaras sindicais). Isso era reivindicado pelos encadernadores, alfaiates e sapateiros, fundidores (...), trabalhadores de couro e peles... Tratava-se já da *organização do trabalho*. Alfaiates ou sapateiros esperam livrar-se dos confeccionadores e dos intermediários. A Comissão recebia proposições operárias para uma total remodelagem social. Aliás, já citei diversos desses projetos; recorro apenas alguns fragmentos principais daquele do escultor Brismeur:

(...) Era preciso que a Internacional (...) estabelecesse em Paris (...) uma ou duas corporações das mais indispensáveis e das mais numerosas que, uma vez estabelecidas, tomassem conta de todos os trabalhos a serem realizados (...). Esta corporação, ou essas duas corporações, trabalhando e funcionando com sucesso poderiam facilmente extrair do produto de seus trabalhos uma porcentagem de dez a quinze por cento que serviria para estabelecer outras corporações (...). A administração da primeira (...) poderia servir de modelo e de meio para estabelecer as demais, uma após outra, e quando, finalmente, tivéssemos abolido toda a exploração privada do patronato e fôssemos donos de nossos trabalhos, facilmente imporíamos as nossa leis ao comércio e ao capital (...)³⁸.

Concretamente, era necessário e suficiente, como ponto de partida, crédito ou capital, e a Comuna está lá, evidentemente, para fornecê-los, possibili-

³⁸ Ver extratos mais longos desse projeto em meu *Procès des communards*, op. cit., p. 217-219.

tando o “estabelecimento” de uma ou algumas associações operárias em uma ou algumas profissões. Geridas com mais eficiência, porque pelos próprios operários, seus lucros ficando inteiramente para os trabalhadores, sem qualquer intervenção ou retirada antecipada de um “inútil” patrão, [as associações] encetariam concorrência decisiva às empresas que permaneceram capitalistas, e como se ampliariam por contaminação, as aniquilariam progressivamente. A Comissão do Trabalho, se posso dizê-lo assim, submeteu-se [a essa exigência operária]: calculei, pelo menos, dez associações [operárias] às quais [a Comuna] passou, oficialmente, o trabalho [as encomendas de mercadoria para o Estado]. O movimento deveria continuar.

Agora, um ponto particular, mas de importância, o da organização do trabalho das mulheres, problema antigo, questão sempre acalorada, e as mulheres eram, de longe, a mão-de-obra mais deserdada na Paris do século XIX. A Comissão trabalhava bastante nesse assunto, elaborava projetos, mas, como em 1871 prevalece o “antiautoritarismo”, a sua realização foi confiada às próprias mulheres:

Os Comitês de União das Mulheres [organização formada e dirigida por E. Dimitrief] estão encarregados pela Comissão do Trabalho e da Troca de realizar os estudos preparatórios para a organização de oficinas cooperativas (...)³⁹.

Uma realização socialista estava aqui em curso. É possível – não poderíamos entretanto afirmar com toda a certeza – que as primeiras oficinas cooperativas e federadas femininas tenham surgido. Faltou tempo.

Na minha avaliação, houve, enfim, e sobretudo, o decreto [do Conselho] da Comuna de 16 de abril, que encarregava as Câmaras Sindicais de confiscar as oficinas abandonadas [pelos patrões amedrontados e fugitivos] e de prever o “pronto reinício de sua exploração (...) pela associação cooperativa dos operários que ali estavam empregados”. Muitos julgam que este decreto é, de fato, insignificante. Se assim fosse, como então justificar o entusiasmo incontestável que provocou no seio das organizações operárias?

Alfaiates:

(...) Nunca uma ocasião mais favorável foi oferecida por um governo à classe dos trabalhadores. Não participar será trair a causa da emancipação do trabalho (...).

Mecânicos:

(...) Para nós, trabalhadores, esta é uma das grandes oportunidades de nos constituir definitivamente e, enfim, colocar em prática nossos perseverantes e trabalhosos estudos dos últimos anos (...).

³⁹ A.H.G., Ly 23.

Joalheiros:

No momento em que o socialismo se afirma com um vigor desconhecido até então, é impossível que nós, operários de uma profissão que sofreu em mais alto grau o peso da exploração e do capital, permaneçamos impassíveis ao movimento de emancipação que se exprime sob um governo verdadeira e sinceramente liberal (...).

Como justificar essa elogiosa apreciação de Marx [sobre a Comuna]?

(...) Sim, senhores, a Comuna pretendia abolir a propriedade de classe que faz do trabalho da grande maioria, a riqueza da minoria. Ela visava a expropriação dos expropriadores (...). Se a produção cooperativa não deve se constituir em hipocrisia e mentira; se deve substituir o sistema capitalista; se associações cooperativas unidas devem regulamentar a produção nacional [segundo] um [plano] comum, submetendo-a, desse modo, ao seu próprio controle e colocando fim à constante anarquia e às convulsões periódicas que são as fatalidades da produção capitalista; então, senhores, o que é isso, senão o comunismo, o verdadeiramente “possível” comunismo? (Karl Marx. *Guerra civil na França*)

Pode ser que Marx esteja enfeitando, extrapolando. Mas eu creio profundamente que o decreto de 16 de abril era o começo da restituição aos trabalhadores de seus meios de trabalho, que é preciso considerar esse decreto como uma peça essencial no processo de “sindicalização” progressiva e pacífica dos meios de produção, que era o objetivo final. O que subsistiu das Câmaras sindicais (e novidades aparecem naquela ocasião), organizou-se prontamente em “Comissão de Investigação e Organização do Trabalho”, que foi constituída em maio; a incumbência que é dada aos delegados [dessa nova Comissão] era esta:

Acabar com a exploração do homem pelo homem, última forma de escravidão. Organizar o trabalho por meio de associações solidárias de capital coletivo e inalienável.

Faltou tempo, uma vez mais. Dez sindicatos tinham empreendido o trabalho de levantamento das oficinas abandonadas, colocado em pé associações de produção. Mas a reunião em que a Comissão de Investigação e de Organização se constitui definitivamente, em que ela se dá estatutos, ocorre em 18 de maio! Eu só encontrei sinais de uma única oficina confiscada e colocada realmente em funcionamento.

Esta é a obra, a pequena obra dos *socialistas* de 1871. Mas as intenções eram vastas. Renovação! É desse modo que a vejo. Constatemos entretanto o quanto se estava próximo ainda, o quanto se estava pouco afastado das intenções renovadoras dos operários de 1848. Que não era tão grande sua distância com a declaração da sociedade dos Homens Livres à qual me referi mais acima. No fundo, os argumentos dos *sans-culottes* eram quase o mesmo dos

operários de 1871: as oficinas funcionariam melhor e com mais lucros sem os empresários e os intermediários. No entanto, há, a mais, o sindicalismo, esse sindicalismo que tinha feito seus verdadeiros primeiros passos em 1848 e que se fortalecia. Tradição e criação estão de tal modo entrecruzadas, atadas uma à outra, que não posso ter a pretensão de as separar: proponho apenas esta banalidade que é a história pensada como continuidade progressiva.

Eu deveria falar aqui do Estado, do novo Estado, parte integrante – ao menos os trabalhadores de 1871 nunca tinham imaginado de outro modo sua Comuna – da obra de regeneração e de revolução social, socialista, mais precisamente. Talvez, dessa espécie de não-Estado, reduzido à “administração das coisas”, devido a essa regeneração e a essa revolução. Devo deixar esse problema para outros. Quero, no entanto, lembrar o seguinte. Apesar de todos os Comitês de Salvação pública ou formas de ditadura imaginadas, quando a situação se tornava grave foi um governo de liberdade, de completa soberania popular, uma organização, ousaria dizer, “libertária”, que os *Communeux* de 1871 sonhavam realizar. Sabemos que a idéia tem descendentes no movimento socialista. Empregando a palavra “libertário”, estou rompendo, inevitavelmente, com a recusa que apresentei mais acima às histórias retroativas? Nada disso! A retroatividade está ali, em 1871 mesmo. Os *Communeux* reencontram então as palavras dos sans-culottes, diretamente, espontaneamente. Trata-se de ordenar aquelas palavras e aquelas idéias em um sistema? Ou, antes, trata-se de inventar a fórmula nova do verdadeiro governo do futuro? Seguramente, há revolucionários, jornalistas, sobretudo, que pretendem atualizar os trabalhos recentes de Proudhon (...). Ao invés de seus elevados projetos, prefiro, acredito ser mais significativo, mais popular, o projeto do obscuro internacionalista Gaston Ruffier, conhecido como Nostag, que apareceu em *A revolução política e social* ⁽⁴¹⁾. Para o novo regime que tenta construir e que é, creio eu, coerente, Nostag invoca Rousseau – ao invés de Proudhon – de quem retoma o *Contrato social*: “No momento em que um povo constitui representantes, não é mais livre, de forma alguma”. Um coletivismo comunal traria a solução completa para esse problema de fundo. Não é apenas em “um estado muito pequeno em que seja fácil o povo se reunir” que é possível um governo democrático?

A distribuição da coletividade em grupos ou estados comunais preenche completamente este objetivo. A Comuna (...) formará um estado à parte, possuindo leis particulares, mas obedecendo ao pacto fundamental (...).

Aqueles que são do povo, ou, ao menos, dele estão próximos, procuraram nos grandes e distantes ancestrais a origem da “forma enfim encontrada” do

⁴⁰ Nos seis números que foram publicados desse jornal, Nostag começa a construir um projeto de França “comunalizada” que não terá tempo de finalizar. (...).

governo operário (se é verdade que ela foi realmente encontrada). Gostaria de acrescentar isso, preparando o terreno para um novo debate, apenas para dizer o quanto, no nosso ciclo [revolucionário] do século XIX, tradição e renovação estão indissolúvelmente entrelaçadas.

Debate

Ernest Labrousse – Farei uma rápida intervenção a respeito da comunicação de Jacques Rougerie.

Ele nos apresentou a Comuna como uma revolução com fortes ressonâncias da Revolução Francesa, com forte ressonância da tradição. E nos disse, terminando, que a Comuna era também uma revolução socialista. Eis aí, no momento, nosso problema. Nós nos perguntaremos até que ponto a Comuna foi uma revolução socialista. Com nuances, estou de acordo com J. Rougerie. Espero que ele próprio esteja de acordo comigo no decorrer do debate.

Evidentemente, a Comuna só podia ser uma revolução socialista de seu tempo. Não devemos exigir dela as doutrinas articuladas que vamos, por exemplo, encontrar na França dos anos que se seguem, entre 1878 e 1890, quando começa a penetrar, entre nós, a doutrina marxista. A propaganda dos guesdistas, seu admirável esforço de pedagogia simplificada, mas muito intuitiva, muito produtiva, articula a doutrina e lhe dá naturalmente uma coerência que não encontramos cerca de quinze anos antes. Não vou tentar aqui reconstruir o modelo socialista então corrente; sobretudo, a partir de declarações individuais, de trabalhos individuais. Somente vou levar em conta, nesta intervenção que pretende ser breve, as deliberações e os trabalhos coletivos.

Inicialmente, a Internacional com seus congressos. A seguir, a Seção francesa da Internacional, as deliberações da Federação da Guarda Nacional, ou ainda, os “programas” apresentados quando das eleições de 1871, bem no início do ano, e que tinham sido decididos coletivamente pelos agrupamentos socialistas revolucionários. Podemos dizer que se nos colocarmos unicamente no terreno do socialismo econômico, todo um conjunto de afirmações foram então apresentadas ao grande público. Desde logo, aliás, desculpo-me de limitar este debate ao socialismo econômico, pois o socialismo seria bem pouca coisa se fosse apenas um economicismo. Pois o socialismo, naquela época,

como em muitas outras, penetra nas massas, adquire força, bem mais em outros terrenos do que no de um socialismo doutrinário e abstrato. Nas greves, a cada vez que ocorre um fato mobilizador, parece possível apresentar, com alguma profundidade, uma doutrina socialista, algumas conclusões gerais que permitem progredir em direção a um corpo mais ou menos coerente de doutrinas. Mas há também, ao lado do socialismo econômico, um socialismo político que engrandece a República, que retoma, durante a Comuna, os temas republicanos, mas com uma outra ênfase, uma outra força, outras aspirações, e também, é preciso dizê-lo, com um outro brilho e um sucesso diferentes diante das massas. Mas então, não estamos mais no domínio característico, original, específico, da economia socialista; ou seja, de uma economia socialista [que], contudo, já se encontrava esboçada em suas grandes linhas, permitam-me lembrar, nas deliberações coletivas dos organismos responsáveis.

A Internacional tinha se reunido em quatro congressos, sem falar da Conferência de Londres de 1865. Tinha se posicionado sobre um certo número de temas importantes, tais como a propriedade das ferrovias e das minas e a coletivização da terra. Tinha *também* tratado da questão da herança. Os diversos congressos tinham se pronunciado, em suas grandes linhas, a respeito dos três primeiros problemas, pela nacionalização [ou melhor], por aquilo que chamaríamos hoje de “nacionalização”, das ferrovias e das minas. Não é por acaso que a *Internacional* cantará o refrão dos Reis das minas e dos trilhos. Estes Reis das minas e dos trilhos tinham sido solenemente denunciados. Era nestas condições que duas grandes decisões tinham sido tomadas, com as quais, aliás, o conjunto da delegação francesa estava comprometida

Não tinha sido assim, para a delegação francesa, no que concerne à propriedade coletiva da terra que fora votada em princípio e tampouco, aliás, no que concerne à herança. Mas estava ali, apesar de tudo, um corpo de doutrinas internacionalistas que começava a ser esboçado. Naturalmente, não devemos dar uma importância excessiva a essas deliberações de congresso, tomêmo-las pelo que são: temas de reflexão comum, acertados por decisões sumárias, trabalhos breves e, por vezes, improvisados. No entanto, não é indiferente para a história do socialismo sublinhar estes fatos, [ocorridos] nos anos que precedem imediatamente a Comuna.

Pois bem, antes da Comuna, após o Congresso da Internacional, (...) a ala francesa (...) nunca teve Congresso nacional, mas as seções parisienses haviam deliberado. Dispomos de alguns textos e nestes o problema do trabalho está bem posto. Penso que está efetivamente posto, mas, para dizer a verdade, sem que se destaquem as decisões tomadas pela Internacional. A coletivização não é abordada. Eis aqui, por exemplo, uma declaração de novembro de 1870, das seções parisienses da Internacional:

Os delegados deixam de lado, provisoriamente, as questões do crédito, da troca, da propriedade, da instrução integral, da organização do trabalho [...] convencidos de que o estudo e a conciliação dos interesses favorecerão uma solução pacífica, baseada nos princípios de igualdade e de justiça.

Aliás, Jacques Rougerie conhece perfeitamente esse documento que ele acabou de publicar em seu *Paris libre*. Destaquemos agora, no mesmo texto, uma proclamação de princípio que, numa certa medida, pode anunciar uma espécie de coletivização e de gestão:

Os delegados deixam de lado, provisoriamente, as questões do crédito, da troca [...].

Segue-se, como uma espécie de conclusão, enfaticamente sublinhada:

[...] Nós queremos a solidariedade para todos, no perigo como na abundância. Nós queremos, enfim, a terra para o camponês que a cultiva, a mina para o mineiro que a explora, a fábrica para o operário que a faz prosperar.

Não se trata, bem entendido, de um texto amadurecido de aplicação prática, mas, simplesmente, de princípios. Iremos logo ver se podemos encontrar a sua inspiração, de alguma forma, nas decisões da Comuna quando esta deliberou em matéria de direito público, tomando uma decisão de ordem geral, tendo força de lei, no decorrer das semanas ou dos meses que iriam se seguir. Todavia, examinemos preliminarmente, após esta declaração de meados de novembro de 1870, a declaração das candidaturas socialistas revolucionárias às eleições para a Assembléia Nacional, em fevereiro de 1871. Esta declaração, assinada pela Associação Internacional dos Trabalhadores, pela Câmara Federal das Sociedades Operárias, pela Delegação dos vinte distritos de Paris, apresenta um certo número de candidaturas ditas “socialistas revolucionárias”, como por exemplo, as de Blanqui, de Eudes, de Frankel, de Alphonse Humbert, de Tolain. É evidente que tal composição testemunha um largo espírito de conciliação. É uma escolha extremamente eclética entre tendências as mais diversas, até mesmo, opostas. Mas vemos, ali, afirmar-se que as candidaturas socialistas revolucionárias significam:

Proibição a quem quer que seja de colocar a República em questão. Necessidade do despertar político dos trabalhadores. Queda da oligarquia governamental e do feudalismo industrial. Organização de uma República que, entregando aos operários os seus instrumentos de trabalho, como ocorreu na de 1792, entregando a terra aos camponeses, realizará a liberdade política através da igualdade social.

Enfim, terceiro e último texto: a declaração de princípios dos vinte Comitês de vigilância. Estamos agora quase às vésperas da Comuna. No texto, de 20 a 23 de fevereiro de 1871, e no espírito do texto precedente, a República é de início proclamada acima do direito das maiorias – mas este é um outro problema que nos levaria longe; não tenho intenção de abordá-lo hoje. Acres-

centemos, simplesmente, as seguintes considerações que interessam diretamente ao meu assunto, isto é, a proclamação de uma economia socialista tal como ela aparecia aos agrupamentos representativos no tempo da Comuna e antes dos acontecimentos de 18 de março:

Obter, por todos os meios possíveis, a supressão dos privilégios da burguesia, sua deposição como casta dirigente, e o despertar político dos trabalhadores. Em uma palavra, a igualdade social. Sem patronato, sem proletariado, sem classes. [Esta declaração] reconhece o trabalho como o único fundamento da constituição social; o trabalho, cujo produto integral deve pertencer ao trabalhador.

Estas são pois certas afirmações coletivas anteriores à Comuna, imediatamente anteriores, que nos permitem esboçar aquilo que pode ser, em um primeiro e muito rápido esboço, o socialismo econômico tal como ele era visto então pelas diversas organizações de vanguarda. Pois bem, se nós nos colocarmos a questão essencial, que é a de saber em que medida a Comuna proclamou o socialismo de seu tempo, aquele socialismo desenhado de maneira rudimentar – mas ao qual o futuro pertence –, o que vemos nós? O que nos traz a Comuna? O que ela, finalmente, diz ou faz? Textos fragmentados e circunstanciais. Textos característicos sem dúvida, muito avançados para a sociedade econômica de então: mas nada que se assemelhe, mesmo nos limites do socialismo da época, às grandes decisões de princípios, agrárias ou industriais, que foram tomadas, por exemplo, no dia seguinte à Revolução de Outubro. E, sobretudo, nada que se assemelhe ao esboço que a Internacional ou os encontros de delegados, de responsáveis parisienses, tinham podido esboçar nos anos mais próximos, nos meses ou nos dias que precederam a insurreição.

Voltemos, ainda uma vez, à questão que se repete: em que medida a Comuna foi especificamente socialista? Podemos lhe creditar diversos textos ou decisões, alguns bem característicos – voltarei a falar disso –, mas que não retomam as grandes declarações gerais que a Comuna, ela própria, não defende oficialmente como suas. Eu dizia que alguns destes textos foram característicos. Nós os conhecemos bem. O mais conhecido é talvez aquele de 27 de abril que concerne à supressão do trabalho noturno dos operários padeiros, que não tem validade certamente por sua extensão social, cujo valor não está certamente na sua extensão social, mas que vale por sua orientação socialista e sua significação profunda, visto que a Comuna teve neste ponto de tomar partido entre o patronato artesanal da panificação e o operário padeiro. É em favor do operário que ela se pronuncia. E isto, aliás, apesar das reticências, dos protestos, das manifestações do patronato.

Seguramente, ainda, um outro decreto, de 16 de abril, prescreve a gestão operária e a colocação em funcionamento, pelos operários, das empresas que tinham sido abandonadas por seus patrões foragidos ou que tinham desapare-

cido de circulação, “a fim de escapar às obrigações cívicas e sem levar em conta os interesses dos trabalhadores”. Aqui ainda, vemos claramente uma intenção. Mas, por ocasião deste decreto, nenhuma proclamação geral foi feita, nenhuma proclamação assumindo o socialismo da época e retomando ou evocando as grandes declarações que teriam podido comprometer a Comuna em face da História.

(...) A Comuna, diante de seu público – diante dos grandes problemas do socialismo – nem sempre encontrou as palavras mais acertadas. Tudo se passa como se um socialismo, ainda contraditório, ainda mal concebido, padecesse de não sei qual incapacidade de se enunciar claramente, de se proclamar diante do mundo – como governo – em sua novidade e em sua grandeza. Uma Comuna de maior duração teria encontrado outras ocasiões de o fazer, não deixando que estas lhe escapassem. (...) A conclusão permanece: a Comuna permanece aquém do socialismo de seu tempo. A Comuna, no plano econômico, permanece aquém do socialismo tal qual podem contribuir para defini-lo as decisões tomadas pela Internacional ou pelos agrupamentos franceses, aos quais só pude fazer uma rápida alusão.

Então, a Comuna, uma revolução socialista? Respondo: a Comuna, apesar de tudo, em uma grande medida, poder operário. A Comuna não trouxe o socialismo, não lançou esta proclamação solene que a história poderia ter acolhido. Mas, se não trazia o socialismo, o carregava em si mesma. Carregava-o por natureza: pelos homens que a compunham, pelas questões que levantou mesmo que tenha sido breve a sua duração. (...) Não nos esqueçamos de que a Comuna durou 72 dias. Não foi mais do que uma fulguração na história. No total, todos sabem qual foi sua ressonância, qual foi a sua acolhida por todos os partidos socialistas constituídos ou por constituir, na Europa; e, mais particularmente, pelos partidos socialistas franceses que logo iriam nascer.

Eis porque nós podemos dizer que a Comuna, pelo apoio popular que a tinha levado ao poder, por ter começado por Paris, porque a fulguração vinha de Paris e era percebida como tal em todo o mundo, foi certamente uma quarta Revolução Francesa.

Jacques Rougerie – Só posso expressar meu acordo geral com M.E. Labrousse, apesar de, também como ele, colocar algumas nuances. Impressiona-me, escandaliza-me um pouco ouvir dizer que a Comuna – eu simplifico – estava “aquém” do socialismo de seu tempo. Seguramente, há textos anteriores que vão mais longe, que exigem mais do que a Comuna realizou. Mas a prática não pesa tanto, ou até mais que as palavras? Coletivização (*a fortiori*, nacionalização), desapropriação dos “Reis das minas e dos trilhos”, isto tudo certa-

mente não esteve nunca em questão nas declarações da Comuna. Antes de tudo porque as minas não estavam em Paris, e se impunham problemas mais urgentes de organização do trabalho, ou até mesmo, de simples retomada do trabalho em Paris. A ferrovia – e isto seria também verdadeiro por exemplo para o Banco da França – pois bem! acontece que a Comuna se sentia, se considerava o governo de Paris; encarava as ferrovias ou o Banco como bens *nacionais*, tratava-se, para ela, de negócios que caberia à Nação (organizada em comunas) tratar (...); isto é discutido aliás em textos mais “obscuros” que aqueles que [Labrousse] acabou de citar: Nostag fala disso em seus artigos. Já que evoquei a questão do Banco da França, devo reconhecer que era uma tolice tática não se apropriar dele; mas os *Communeux* eram aquilo que eles eram e, para eles, o Banco da França era *da França*.

Em contrapartida, quanto a uma prática coletivista, no ambiente especial que é o das profissões parisienses, repito, porque me parece que não consegui ser suficientemente convincente, que acredito que ela aconteceu, que começou a ser realizada. Como dizia há pouco, “sindicalização dos meios de produção”; e arrisco agora uma expressão mais forte, que me constrange por seu caráter retroativo: “sindicalismo revolucionário”.

Ernest Labrousse – São os textos da Comuna que me interessam. Ora, a Comuna legislou através de seu decreto de abril. E pelo seu decreto de abril, claro, ela vai permitir um certo número de apropriações coletivas, e com gestão operária. Mas este não era um texto de princípios. O que eu disse é que a Comuna não inova em matéria de direito público. Não começa a criar um direito público socialista. Não socializa. Ela “socializa” muito mais os problemas políticos, cuja resolução ficou mais simples num regime de força operária e popular.

Jacques Rougerie – A Comuna não, eu admito; mas a Comissão do Trabalho, sim; ela “socializa” problemas que não eram políticos: modestos problemas de reivindicações operárias cotidianas. E, insisto ainda, no que se refere à obra de coletivização, ela passa diretamente para as mãos dos sindicatos, em primeiro lugar, ao dos operários mecânicos que declara, ele, querer abolir a “exploração do homem pelo homem”. Você falava também do problema do trabalho noturno dos operários padeiros. Se se trata da Comuna, da Assembleia comunal, digamos que ela esteve bem perto, sob a pressão dos protestos patronais, de anular pura e simplesmente o texto. Foi a Comissão do Trabalho, foi Frankel que impediu que isso ocorresse. E não mutilemos o decreto que emanava da Comissão: ele comportava duas partes, uma consagrada ao problema do trabalho noturno, a outra, à supressão das agências de emprego, segunda questão candente que opunha também, desde há muito tempo, pa-

trões e operários padeiros. Aí, o que aconteceu? Abriram-se, inicialmente, em cada subprefeitura – é o aspecto municipal da obra comunalista – registros nos quais os patrões e operários inscreviam suas ofertas e demandas. Mas, fato significativo, desde o começo de maio, a colocação dos operários foi confiada ao sindicato dos operários padeiros. Na prática, o sindicalismo assume o controle. Não me parece que nós estejamos “aquém” daquilo que, por exemplo, reivindicava a Internacional, “aquém” do socialismo de 1871.

Ernest Labrousse – Esta prática está de tal modo “aquém” que ela retoma em realidade formas do Antigo Regime. O problema da colocação dos trabalhadores tinha sido um velho problema dos companheiros; de todo modo, há muito tempo, havia três soluções possíveis: a colocação pelos próprios companheiros, a colocação pelo patrão e a colocação pela municipalidade. Esta tripla opção permanecia ainda em aberto para o legislador do tempo da Comuna.

Jacques Rougerie – Optou-se preferencialmente pelo sindicato, forma nova. Por outro lado, ressaltei esta mistura indivisível das tradições e das inovações.

Ernest Labrousse – Nenhuma modificação de estrutura foi introduzida por aquele decreto. Não iremos repreender a Comuna de 72 dias pelo fato de não ter criado o novo direito socialista. Mas ela não o anunciou sob a forma solene que conviria.

Jacques Rougerie – Ela começou a aplicá-lo.

Ernest Labrousse – Ela tampouco começou. A prática da colocação pelo sindicato já era corrente. Não digo que fosse predominante. A colocação sindical e a colocação pela Bolsa do Trabalho, por exemplo, que vai ser realizada mais ou menos quinze anos mais tarde, são práticas que não abalam as estruturas do mundo capitalista, enquanto que, ao contrário, as declarações da Internacional, de uma certa maneira, as denunciavam.

Jacques Rougerie – Responderei mais uma vez, sem me deixar abalar: sindicalismo, sindicalismo revolucionário, sindicalização dos meios de produção, que tinha sido iniciada e que foi interrompida pela Semana sangrenta. Antes não existiam “sindicatos”, no sentido próprio do termo.

Ernest Labrousse – Nós voltamos à Comuna dos 72 dias, o que não impediu

que durante esses 72 dias nenhuma grande proclamação da chegada do socialismo tenha saído da Comuna.

Jacques Rougerie – Poderíamos encontrar textos da Comissão do Trabalho, mas não tenho tempo de citá-los aqui. De que servem as proclamações feitas pelos do alto se a ação vinha da base?

Ernest Labrousse – De que servem os Direitos do Homem?

M. Moissonnier – Gostaria de, brevemente, trazer para este debate tão vivo um documento que pede uma reflexão, me parece, sobre um outro aspecto do problema: o da articulação do passado e do futuro no interior da Comuna. Esta, indiscutivelmente, tem seus aspectos de repetição, chega mesmo a falar na linguagem do passado. Mas foi ela a execução de um testamento de 1792 ou de 1848, ou ainda, a utilização relativamente lúcida de uma experiência nacional que resulta daquelas revoluções? Gostaria de lhes submeter o texto de um cartaz que me parece exprimir esta espécie de aliança lúcida entre as formas herdadas da experiência passada e os objetivos novos sugeridos pela Internacional. É um documento que convoca os cidadãos do II^o distrito para uma ação política pela construção de uma nova ordem fundada na justiça e no trabalho. Cito:

É preciso mais do que nunca nos interessarmos pela vida pública. É preciso vos reunir, vos agrupar, reconstituir de alguma maneira os distritos, as assembléias primárias das quais a Revolução de 1789 retirou, em parte, a sua força.

Jacques Rougerie – Permito-me acrescentar que os membros da Comuna do II^o distrito são todos Internacionais: E. Pottier, Serrailier, J. Durand, Johannard.

M. Moissonnier – Eu ia dizer isso. A seqüência [do documento citado] é, de fato, esta:

Desse modo, realizar-se-á, pelos esforços de cada um, este grande princípio da renovação social: a emancipação dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores.

É evidente que por trás desta referência aos estatutos da A.I.T. há implicitamente todo o peso das discussões e das reflexões que aconteceram no seio da Internacional, as quais foram evocadas por Ernest Labrousse há pouco. Meu problema, quanto a este documento concreto, é a *articulação* entre renovação e herança.

Jacques Rougerie – Os Internacionalistas estão, com efeito, no centro do problema, porque é freqüente empregarem as palavras antigas, falarem a velha linguagem, e são eles, ao mesmo tempo, os elementos mais renovadores, diria quase que os únicos renovadores em matéria social, em 1871. Mas esses dois aspectos caminham juntos e não podem ser separados: [no hino] *A Internacional*, [fala-se dos] “Reis das minas e da ferrovia”, mas também [dos] “tiranos”. “Nada de direitos sem deveres,…” diz ela. Isso também está nos estatutos da A.I.T., mas Dommanget acaba de nos lembrar, em seu livro sobre Eugène Pottier que era igualmente uma frase de Babeuf, em 1790. Em todo caso, perguntaria a Ernest Labrousse: qual texto mais belo, “em direito”, que “a emancipação dos Trabalhadores será obra dos próprios Trabalhadores”?

Ernest Labrousse – Estamos completamente de acordo, mas, repito, [eu] falava da Comuna, [do] Governo [da Comuna].

Jacques Rougerie – Ela me interessa infinitamente menos que aquilo que acontecia na base, e que continuamos a não discernir bem, pela ausência de fontes.

Ernest Labrousse – Mesmo se o Governo da Comuna não proclamou os direitos do trabalhador, sabendo o quanto era frágil o seu poder (...), mesmo se isso era assim, a Comuna podia pensar que um grande chamamento não ficaria sem ressonância, sem eco, na Europa e na História. Esse grande chamamento não aconteceu. O que certamente não impede a Comuna de ser o governo da renovação do qual falei, trazendo, em si, o socialismo. [Mas] ele não trouxe um grande pensamento, uma grande chama.

Jacques Rougerie – É que, para retomar os termos de Vaillant, o Governo da Comuna era uma assembléia de “pequenos burgueses tagarelas”*.

Ernest Labrousse – É verdade! Estamos totalmente de acordo*!

J. Gaillard – Ao escutar sucessivamente a fala dos relatores, tive um pouco (...) a impressão de uma interpretação “saudosista”. De minha parte, o que me impressiona, seria, antes, a explosão das tendências do passado que cada um de vocês evocou. A embalagem não representa mais o conteúdo. O passado

* N. do ed. O contexto sugere que essa afirmação foi feita em tom de ironia.

* N. do ed. Idem nota anterior.

subsiste como linguagem, mas há outra coisa, uma contribuição que é, ao menos, tão rica quanto as lembranças. Acredito aliás que é isso que vocês pensam. De início, tomarei um exemplo um pouco exterior a esta inflexão do que quero falar: trata-se da atitude dos Internacionalistas no momento em que a guerra começa. Jacques Rougerie disse, a propósito desta última, que reencontramos os “ecos de 89” e isso é completamente exato. Mas existe também um documento importante, uma carta de 18 de julho de 1870, assinada por Internacionalistas que não eram de pouca importância, Malon, Combault, Chalain, Johannard, na qual se explica que os Internacionalistas viram muito claramente o exagero que se desenvolvia na corrente patriótica, que seu objetivo permanece sendo sempre a República universal, mas que se não se quer deixar escapar a oportunidade de uma revolução, é necessário seguir a tendência geral, não se afastando das massas.

Outro exemplo, este mais próximo do debate, é a palavra “Comuna”. Como disse Jacques Rougerie, J. Dubois toma-a como um ressurgimento de 1793. O que quero salientar aqui é que há, entre os *Communards*, o desejo de ultrapassar a Revolução, de descobrir, através do exemplo revolucionário, de chegar a uma realidade nacional mais profunda. Encontramos no *Jornal Oficial [Journal officiel]* da Comuna, uma definição desta que lembra o precedente das comunas medievais, que é uma maneira de dar às palavras – coisa que faz todo governo novo que procura se firmar – seu sentido mais amplo, para que o maior número possível concorde em dar a sua adesão. E talvez esta seja uma das razões que fazem com que a Comuna não tenha lançado declarações socialistas que estivessem “à altura” do pensamento socialista real do seu tempo, como ressaltou Ernest Labrousse.

Mas, finalmente, passo a um texto que considero essencial. Trata-se da organização do trabalho das mulheres, problema sobre o qual Jacques Rougerie foi breve. Houve o projeto da Comissão do Trabalho, que começou a ser elaborado em 12 de abril e foi enviado à Comissão das Finanças onde permaneceu por um mês e (...), em seguida, foi esquecido. Ora, nesse assunto, parece-me que há o novo, muito mais novo que aquilo que foi feito para os operários padeiros, ou (...) que o decreto de 16 de abril, medidas para as quais poderíamos encontrar facilmente numerosos precedentes. As mulheres vieram ao encontro da Comissão do Trabalho para pedir emprego, e isso respondia a uma necessidade imediata, uma vez que os empreendedores não lhes davam mais [emprego], ou as contratações eram feitas a preço muito baixo. Mas as coisas não ficaram por aí e foi então que o problema tomou dimensões mais vastas. Levantavam-se duas questões: a do *futuro* do projeto, a do *papel do governo*, do governo do futuro.

Primeiro tema: iriam simplesmente abrir oficinas para fazer camisas [“vareuses”⁴¹] e calças, a um bom preço, com empreendedores do [bairro do]

⁴¹ N. do T.: camisa usada pelos marinheiros e trabalhadores.

Marais? Há um projeto, de autoria de Elisabeth Dimitrieff, que propunha uma reorganização fundamental, com oficinas especializadas em flores, plumas, bordados, roupas infantis ... , em suma, todas as profissões femininas da época. Tratava-se de dar imediatamente trabalho às operárias, mas afirmava-se igualmente que seriam viabilizadas oficinas para uma produção para o mercado, não somente para as necessidades urgentes do Estado em guerra, e que estas oficinas perdurariam após a guerra.

Segundo ponto: qual seria o papel do Estado? O projeto de organização me aparece, neste aspecto, muito diferente do que tinham concebido, por exemplo, com as oficinas nacionais*. Realiza, segundo penso, uma simbiose original. As oficinas são cooperativas, as mulheres, elas próprias, as dirigem, segundo os modelos daquele tempo – iriam procurar trabalho em um local qualquer de distribuição, que, em seguida, seria levado para casa, porque as mulheres não queriam trabalhar na fábrica ou na indústria. Está previsto que o Estado emprestará os locais, ajudará na publicidade. Toda uma articulação se instaura entre as organizações femininas e o Estado que pode lhes dar sustentação. Eis aqui duas breves passagens dos “considerandos” que encimam o conjunto do projeto:

[...] O movimento que acaba de acontecer foi tão inesperado, tão decisivo que as políticas de profissão não compreenderam nada, e viram neste grande movimento apenas uma revolta sem importância e sem finalidade.

Outros trataram de circunscrever a própria idéia desta revolução, reduzindo-a a uma simples reivindicação do que chamam “franquias municipais” [“les franchises municipales”]. O povo que não está cego pela ficção governamental nem pela pretensa representação parlamentar, afirmou claramente, ao proclamar a Comuna, [aqui o texto apresenta diversas imprecisões], a criação de uma ordem nova de igualdade, de solidariedade e de liberdade, que será o destino da produção comunal [...].

Eis um projeto que me parece similar ao que Jacques Rougerie chama de “socialismo de 1871”. Não emana das camadas mais avançadas do proletariado ou, se quisermos, das “novas profissões”, mas das profissões mais antigas que, sem dúvida, são também as mais sofredoras. Se, como disse Jacques Rougerie, a população parisiense permaneceu mais ou menos equivalente, em sua composição “numérica”, ao que ela era em 1848 ou antes, é ainda assim com mudanças em profundidade – que, de minha parte, não chamarei de “detalhe” – que tornam a condição popular mais penosa, particularmente no que concerne à exploração do trabalho feminino.

* N. do ed. Oficinas estatais, reivindicadas pelo movimento operário e criadas pelo governo logo após a Revolução de 1848, para dar emprego aos trabalhadores desempregados.

Jacques Rougerie – No que se refere à atitude dos internacionalistas às vésperas ou à espera imediata da guerra, sim; eles seguramente se declararam contra ela, contra toda guerra dinástica, em nome da República universal, e o disseram claramente (e corajosamente) em seu Manifesto Contra a Guerra, do mês de julho. Não é menos verdade que, bem depressa, eles também se tornaram patriotas “extremados”, e Marx os desaprovou bastante. Patriotas, no sentido do Ano II. E esta é uma fórmula que eu já empreguei: nenhuma Internacional jamais resistiu a uma guerra.

No que diz respeito ao trabalho das mulheres, é verdade que eu examinei muito rapidamente. Mas esse texto que você menciona – ou mais extamente, esses textos –, que eu conhecia bem, já os tinha reproduzido amplamente [nos meus livros] *Procès des Communards* e *Paris libre*, e hoje eu não tenho quase tempo para os analisar. Digo os textos, pois há, de uma parte, o projeto de Elisabeth Dimitrieff, que é do [período final] da Comuna e, de outra, os projetos da Internacional Bertin, que são do início, e é deles que você retira as considerações que cita. Lembro-o apenas para, uma vez mais, salientar que, em um estilo totalmente anti-autoritário, a Comissão do Trabalho finalmente decidiu dar apoio à *Câmara sindical das mulheres* que Elisabeth Dimitrieff queria construir. O projeto não foi enterrado, ao menos sob sua forma final, porque representantes das mulheres aparecem, por exemplo, na Comissão de Investigação e de Organização do Trabalho, fundada em 18 de maio. Você tem toda razão em salientar que aqui há o novo, sobretudo, essa idéia de um sindicalismo feminino: para Dimitrieff, as associações produtivas iriam se unir em federações, seus membros deveriam aderir à Internacional. Entretanto, acredito que poderíamos encontrar premissas importantes de tal movimento, em particular, em 1848 e até mesmo no Ano II.

R. Gossez – Em 1848, não se ficou apenas no projeto, passou-se à ação, e 20.000 operárias trabalharam do fim de março até o fim de julho nas oficinas de mulheres das prefeituras, sob a direção de Buchez, seu responsável na Prefeitura de Paris. Quando esse foi substituído na Prefeitura de Paris, os subprefeitos dos distritos quiseram manter o trabalho das mulheres contra os interesses dos donos das confecções e um grande debate se produziu, tendo em vista que, na metade dos distritos, as mulheres administravam, elas próprias, aquelas oficinas. Em grande medida, em 1848, as mulheres auxiliaram, desse modo, na manutenção de seus homens em greve ou desempregados, porque elas trabalhavam graças a essas oficinas como modistas, costureiras, camiseiras ... A este movimento estavam estreitamente ligadas Jeanne Deroin, Eugénie Niboyet, Pauline Rolland... Em conseqüência, não se partiu de uma idéia para impor uma prática, mas de uma prática para desenvolver uma idéia, e esta prática foi a da União das Associações Operárias, realizada em 1849-1850, por Jeanne Deroin.

(...)

Albert Soboul – Para retornar ao problema do trabalho feminino evocado por J. Gaillard, encontramos, em 1793, guardadas as devidas proporções, projetos totalmente semelhantes às oficinas seccionárias, organizando o trabalho feminino, em particular, para o vestuário das tropas, projetos que tendem a se chocar contra as estruturas do capitalismo comercial. Penso que há uma linha reta que vai de 1793 a 1848 e a 1871. Em que medida há em 1871 verdadeiramente renovação em relação a essa longa tradição de reivindicações operárias femininas?

J. Gaillard – Trata-se de criar cooperativas que permanecerão depois.

Albert Soboul - Nesse sentido, há ampliação, com efeito. Digamos que a renovação consiste em uma ampliação da perspectiva, mas há igualmente na base uma tradição antiga.

D. Lekovic – De minha parte, gostaria de salientar o lado dialético na pesquisa histórica. Penso que insistimos demasiadamente na continuidade, e não o suficiente na descontinuidade histórica que a Comuna representa. É preciso considerá-la como um exemplo particularmente claro da retomada das antigas formas para lhes dar um novo conteúdo. De minha parte, insisto no aspecto renovador da Comuna. Quanto mais durou, mais se purificou da antiga tradição. Tivesse durado mais ainda, creio eu, teria desenvolvido mais seu conteúdo social, socialista.

Jacques Rougerie – Evitemos reescrever a história! Dialética, estou de acordo, ainda que com bastante frequência, infelizmente, os historiadores usem mal esta palavra; mas, uma vez que a pronunciamos, maior é a necessidade de analisar! E receio um pouco que você procure extrapolar para o futuro o que me proibi *a priori*, para não falsear a descrição, a análise do acontecimento específico de 1871. Daí surgem as questões que lhe devolvo: o que você coloca nesse conteúdo novo no interior de formas antigas (...)? Quais os outros exemplos que você nos daria da renovação, além daqueles que já evoquei, os quais me pareciam suficientes para caracterizar 1871 *também* como revolução socialista?

D. Lekovic – A herança histórica, em situações diferentes, toma, incontestavelmente, significações diferentes. E como exemplos precisos daria a radicalização da revolução, as exigências no plano econômico, a insistência dada à supressão da

exploração, os projetos eventuais de nacionalizar os meios de produção. Há toda uma evolução no sentido de um *crescendo* revolucionário.

Jacques Rougerie – Creio não ter dito nada diferente. Quanto ao *crescendo*, parece-me que começa pelo menos no Ano II, e, em boa música, *crescendo* exclui qualquer idéia de descontinuidade.

D. Lekovic – Os *Communards* ultrapassaram amplamente, dadas suas exigências, o quadro do Ano II.

Albert Soboul – Evidentemente! Nenhum de nós pensou demonstrar o contrário.

M. Johnstone – Jacques Rougerie nos descreveu a Comuna como revolução socialista. Ele não diria coisa semelhante, segundo penso, das revoluções de 1793 e de 1848. Mas diz, ao mesmo tempo, que não há diferença de fundo entre 1871 e essas revoluções precedentes. Isso não é contraditório?

Jacques Rougerie – Você me leva para mais longe do que eu mesmo fui. Eu havia assinalado, acentuado, excessivamente talvez, as semelhanças “de fundo”. Não tinha dito que não havia diferenças de fundo. Aliás, penso que R. Gossez lhe diria que 1848 é que foi, em realidade, a primeira revolução socialista.

R. Gossez – Não! A revolução de 1848 é *social*, “prólogo de uma revolução social”, como a definiu precisamente o poeta helenista Louis Ménard. Não há ideologia socialista, mas associacionista, na revolução de 1848, até a repressão de Junho. O estudo do vocabulário, como foi feito, em particular, por Michèle Lefbvre, das petições operárias dirigidas ao Comitê do Trabalho, demonstrou isto. Democratas antes de tudo, os operários de Paris desorientaram-se com a doutrina estatizante de Louis Blanc.

Ernest Labrousse – Reivindico também, para 1789, o título de revolução social, não obstante a luta de classes ser ainda triangular.

R. Gossez – A tomada de consciência socialista veio do choque da repressão. Os operários de Paris disseram a si mesmos: “Pois não é que os democratas socialistas, aos quais negamos nosso voto, têm razão!”. Um número considerável tinha se pronunciado por Bonaparte, em junho, e quando foram massa-

crados, votaram em Bonaparte e nos socialistas, não votaram nos republicanos. Eis a tomada de consciência “socialista”, eleitoral, se assim se quiser! Quando se recebe balas, se começa a compreender. Mas entre fevereiro e junho, eles agiram por conta própria, de acordo com os seus hábitos. E esses hábitos já eram “sociais”. De onde Louis Blanc e Buchez foram tirar suas idéias? Dos próprios operários e, muito particularmente, de dois documentos bem precisos. Quando, em 1840, Louis Blanc publica sua *História dos dez anos* [*Histoire de dix ans*], ele cita as fontes: a experiência das oficinas de greves dos alfaiates e dos sapateiros. (...) Dali ele retirou a lição: “Eis enfim encontrada a forma social da emancipação dos trabalhadores!” (...)

Quanto a Buchez, sua célebre idéia da associação do trabalho, concorrencial, ele a tinha tomado de um projeto de oficina dos operários marceneiros que tinham pretendido se associar. No texto [de Buchez], apareciam seus próprios acréscimos, modificando o projeto à sua maneira, dando-lhe uma finalidade simplesmente comercial. (...)

Não seria possível encontrar, em uma época anterior, essas organizações de autodefesa dos produtores?

D. Johnson – Uma pergunta a Jacques Rougerie. Não cabe na análise levar em conta o isolamento de Paris? Você fez comparações entre a Comuna e as outras revoluções, mas me parece que há uma considerável diferença, em 1871, de uma Paris isolada do resto da França, com o Sítio, depois com o bloqueio de Thiers, que fez aquilo que Carlos X, em 1830, e Bugeaud, em 1848, deveriam ter feito para vencer. Não podemos deixar de pensar nas conseqüências deste isolamento de Paris sobre as atividades da Comuna.

Jacques Rougerie – Sem dúvida, os parisienses fizeram apenas uma “revolução parisiense”, e eu disse uma palavra sobre isso que denomino, na falta de um termo mais apropriado, uma espécie de ingenuidade. Eles controlam apenas Paris e, por conseqüência, pretendem, ou ousam, ou sabem, legislar apenas para Paris – [lembrem-se da questão] das ferrovias, das minas e do Banco da França. Não se toca naquilo que pertence à França, e isso limita, com muito evidência, consideravelmente, a dimensão da sua obra, em particular, da obra socialista da Revolução de 1871. Costuma-se, espera-se, para ir mais longe, que o restante do país siga sua capital, o que desta vez não aconteceu. Mas permitam-me ir mais longe nesta resposta, porque, penso eu, nos colocamos em um terreno que iremos logo abordar quando falarmos das Comunas [que ocorreram nas cidades da província e, naturalmente, das relações entre Paris e a província. O que teria feito, o que não teria feito uma França toda ela revolucionária? Mas, deste modo, começo a reescrever a história.